

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**DEPARTAMENTO DE DIREITO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**KIM FERREIRA DA CRUZ**

**A (IM) POSSIBILIDADE DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS  
INDENIZATÓRIOS FRENTE AO CPC/15**

**FLORIANÓPOLIS**

**2018**

**A (IM) POSSIBILIDADE DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS  
INDENIZATÓRIOS FRENTE AO CPC/15**

Monografia submetida ao Curso de Graduação em  
Direito da Universidade Federal de Santa Catarina  
como requisito para a obtenção do título de Bacharel  
em Direito.

Orientador: Dr. Pedro Miranda de Oliveira

FLORIANÓPOLIS

2018



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Centro de Ciências Jurídicas**  
**COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E**  
**ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

Aluno(a): Kim Ferreira da Cruz

RG: 5140636/SC

CPF: 098.066.639-26

Matrícula: 14209712

Título do TCC: A (im)possibilidade da prisão civil do devedor de alimentos indenizatórios frente ao CPC/15

Orientador(a): Prof. Dr. Pedro Miranda de Oliveira

Eu, Kim Ferreira da Cruz, acima qualificado, venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido.

Florianópolis, 13 de novembro de 2018.

KIMFERREIRA DA CRUZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

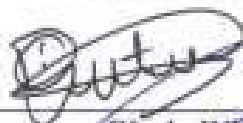
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "A (im)possibilidade da prisão civil do devedor de alimentos indenizatórios frente ao CPC/15", elaborado pelo acadêmico Kim Ferreira da Cruz, defendido em 13/11/2018 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10,0 ( DEZ ), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

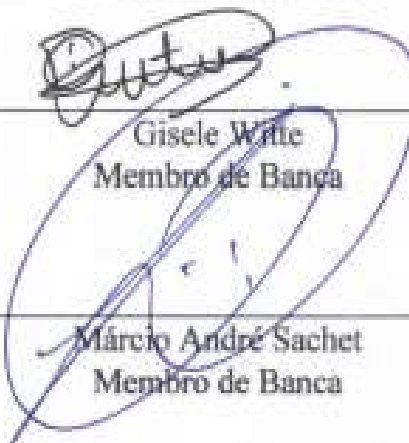
Florianópolis, 13 de Novembro de 2018



Pedro Miranda de Oliveira  
Professor Orientador



Gisele Witte  
Membro de Banca



Márcio André Sachet  
Membro de Banca

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Pedro Paulo e Tércia, por todo o apoio em minha formação educacional, bem como por estarem sempre presentes quando deles precisei.

Ao meu irmão, Thor, pelo incentivo constante e pela amizade construída.

À minha namorada, Maria Fernanda, pela compreensão e apoio durante a elaboração deste trabalho, além de todo amor e carinho compartilhado.

Aos meus amigos do Colégio Bom Jesus e Energia e da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo companheirismo, troca de vivências e auxílio mútuo.

Aos chefes e colegas do Ministério Público e do Tribunal de Justiça pelos aprendizados proporcionados durante os períodos de estágio nessas instituições.

Aos professores e servidores do Centro de Ciências Jurídicas, que contribuíram muito para a minha formação acadêmica.

Ao meu orientador, Prof. Pedro Miranda de Oliveira, pelo seu apoio, incentivo e ideias compartilhadas.

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar a aplicabilidade da prisão civil ao devedor de alimentos indenizatórios diante do Código de Processo Civil de 2015. Dessa forma, inicia-se apresentando o histórico da prisão civil no Brasil e em outros países do mundo, bem como destacando aspectos relevantes a respeito da prisão civil na contemporaneidade. Também analisa-se as diversas modalidades de alimentos existentes no ordenamento jurídico pátrio, além de caracterizar os fundamentos da obrigação alimentar, de modo a compreender as distinções que existem em cada espécie de alimentos. Em seguida, examina-se o capítulo do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de prestar alimentos no CPC/15, identificando-se os meios executivos existentes na legislação processual e, também, de forma mais específica, analisa-se o cabimento da prisão civil do devedor de alimentos indenizatórios, trazendo argumentos favoráveis e contrários à essa medida, que elencados pela doutrina e pela jurisprudência pátria. Por fim, conclui-se, à luz das disposições do processo civil brasileiro e da Constituição Federal, se a prisão civil é cabível na hipótese do devedor de alimentos indenizatórios.

Palavras-chave: prisão civil; alimentos indenizatórios; responsabilidade civil; cumprimento de sentença.

*“Os que se encantam com a prática sem a ciência são como os timoneiros que entram no navio sem timão nem bússola, nunca tendo certeza do seu destino”.*

*Leonardo da Vinci*

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2. DA PRISÃO CIVIL .....</b>	<b>10</b>
2.1 Evolução Histórica da prisão civil nos ordenamentos jurídicos.....	10
2.2 Constitucionalidade da sua imposição.....	15
2.3 A prisão civil como meio coercitivo para o pagamento de prestações alimentares inadimplidas.....	18
<b>3. DOS ALIMENTOS.....</b>	<b>23</b>
3.1 Conceito.....	23
3.2 Origem e evolução histórica.....	24
3.3 Fundamentos da obrigação alimentar.....	26
3.4 Classificação dos alimentos quanto às espécies.....	27
3.4.1 Quanto à natureza.....	28
3.4.2 Quanto à causa jurídica.....	29
3.4.3 Quanto ao momento da prestação .....	30
3.4.4 Quanto à modalidade.....	31
3.4.5 Quanto à finalidade.....	32
3.5 Características da obrigação alimentar.....	32
3.5.1 Pessoaalidade.....	34
3.5.2 Irrenunciabilidade.....	34
3.5.3 Atualidade.....	35
3.5.4 Imprescritibilidade.....	37
3.5.5 Intransmissibilidade.....	37
3.5.6 Irrepetibilidade.....	38
3.5.7 Incompensabilidade.....	39
3.5.8 Impenhorabilidade.....	39



<b>4. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE PRESTAR ALIMENTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 .....</b>	<b>41</b>
4.1 Meios executivos.....	41
4.1.1 Desconto em folha.....	42
4.1.2 Expropriação.....	43
4.1.3 Protesto judicial.....	44
4.1.4 Da prisão civil.....	45
4.1.5 Da constituição de capital.....	46
4.2 A prisão civil no cumprimento de sentença fundado em alimentos indenizatórios.....	47
4.2.1 Análise doutrinária.....	48
4.2.2 Análise jurisprudencial.....	52
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discutir a possibilidade de prisão civil como medida coercitiva na fase de cumprimento de sentença nos casos de inadimplemento de prestações alimentares decorrentes de ato ilícito.

Os alimentos indenizatórios são conceituados como uma verba destinada a suprir as necessidades de pessoas que foram afetadas de forma direta ou indireta por algum ato ilícito e que, diante disso, ficaram impossibilitadas, temporária ou permanentemente, de exercer suas atividades laborais, o que as impossibilita de assegurar o seu próprio sustento e de seus familiares.

A previsão de alimentos indenizatórios no ordenamento pátrio está no Código Civil em seus artigos 948, inciso II e 950, os quais regulam a matéria.

Por sua vez, a prisão civil constitui-se em meio coercitivo utilizado no cumprimento de sentença fundado em alimentos, que restringe a liberdade do devedor, forçando-o ao adimplemento de prestações alimentares.

Todavia, é controversa a possibilidade de se utilizar o procedimento previsto no artigo 528 do Código de Processo Civil, o qual permite a utilização do mecanismo da prisão civil como medida apta a constranger o devedor a adimplir os alimentos devidos decorrentes de ato ilícito.

Com a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, reacenderam-se as discussões acerca da utilização da prisão civil como meio coercitivo para o adimplemento dos alimentos indenizatórios, uma vez que a nova codificação processual dispõe sobre o cumprimento de sentença de alimentos indenizatórios no mesmo capítulo em que trata dos alimentos de família, situação que possibilita interpretação no sentido de que o Código equiparou as duas situações.

Assim, este trabalho examinará o cabimento da prisão civil no caso de inadimplemento dos alimentos indenizatórios, verificando-se a constitucionalidade da medida, bem como se as disposições do Código Civil e do Código de Processo Civil permitem a aplicação desse mecanismo coercitivo.

No primeiro capítulo, será analisado o instituto da prisão civil, tratando do histórico de seu surgimento e de seus aspectos atuais como medida coercitiva no direito processual civil brasileiro.

Em seguida, no segundo capítulo, será estudado o instituto dos alimentos, de forma a encontrar entendimentos doutrinários e jurisprudenciais que apontam semelhanças e diferenças quanto às suas várias espécies, bem como identificar a importância deles na contemporaneidade.

No terceiro capítulo, serão examinados os meios executivos constantes no cumprimento de sentença fundado em prestação alimentar, além de verificar as mudanças advindas do novo CPC nessa fase processual, analisando-se a possibilidade do cabimento da prisão civil para a modalidade de cumprimento de sentença fundado em alimentos indenizatórios. Para tanto, serão analisados os argumentos utilizados pela doutrina e jurisprudência que sustentam posicionamentos favoráveis e contrários à prisão civil nesta hipótese.

Por fim, proceder-se-á ao exame dos princípios e disposições do Código de Processo Civil, com a finalidade de demonstrar se a prisão civil constitui meio idôneo para o cumprimento de sentença desta modalidade de prestação de alimentos. Além disso, será verificado se a utilização da prisão civil trará efetividade no cumprimento de sentença fundado em alimentos indenizatórios.

## 2. DA PRISÃO CIVIL

### 2.1 Evolução Histórica da prisão civil no ordenamento jurídico brasileiro

Ao longo da história foram criados mecanismos legais que garantiam a efetividade no cumprimento das decisões judiciais. A prisão civil é um modo de coerção pessoal utilizado no direito processual civil, na fase do cumprimento de sentença, que tem como finalidade compelir o devedor de alimentos ao adimplemento da sua dívida.

É importante ressaltar que, apesar de a Lei de Alimentos se referir a esse mecanismo como uma pena, a prisão civil não se trata de pena pelo descumprimento da prestação alimentar, mas de medida coercitiva pessoal utilizada excepcionalmente.

Esse mecanismo teve sua origem por volta do ano 3.000 AC. De acordo com GARCIA (2008, p. 50):

A visão geral do direito antigo, aí incluído o direito romano, serve como marco inicial para estabelecer as diferenças entre o direito de hoje e o direito das civilizações da antiguidade. Nestas, há cerca de 3.000 anos a.C, já se conhecia o instituto da prisão civil por dívida. Encontramos nos povos egípcio, hebreu, indiano, babilônico, grego e romano, escritos dando conta da existência da prisão por dívida, envolvendo a execução pessoal do devedor, como sacrifícios físicos, escravização e morte. No Direito Egípcio admitia-se a escravização por dívida, cabendo ao Rei Bocchoris suprimi-la, estabelecendo que o devedor poderia obrigar-se por seus bens e não através de sua pessoa. Nessa época (1570 - 1090 a.C.) ocorreram, além do término da servidão pessoal, outras modificações no Código de Bocchoris, como por exemplo, em matéria sucessória, assegurando-se a igualdade de filhos e Filhas, bem como o asseguramento da capacidade jurídica plena da mulher. Ainda na Antiguidade Clássica temos notícia da prisão civil por dívida também entre os povos de menor destaque histórico, como no caso dos hebreus - antigos israelitas que viviam na Palestina nos tempos bíblicos, que tinham como idioma o hebraico, uma das línguas vivas mais antigas do mundo. Entre os anos de 1000 a 400 a.C, os hebreus reuniram suas leis sociais e religiosas num único texto, denominado Código de Moisés, em homenagem ao grande líder hebreu que redigiu a maioria de seus dispositivos. Esse código, incluído nos primeiros livros da Bíblia Hebraica, foi mantido na Bíblia Cristã.

No Direito Romano, também encontram-se elementos que apresentavam características desse instrumento coercitivo, que embora primitivos, nos levam a considerar mais um passo da evolução do que hoje se apresenta como prisão civil. A lei das XII Tábuas previa que era admitida a execução pessoal do devedor através do preenchimento de certos requisitos. (CARVALHO, 2008, p. 147)

Posteriormente, surgiram uma série de dispositivos no regramento jurídico de vários povos que trilham o caminho evolutivo da prisão civil, porém, com o surgimento de diversas manifestações populares, que eram totalmente contrárias às crueldades físicas impostas aos devedores, surge a *Lex Poetelia Papiria*, de 326 a.C.

De acordo com Silva (2005), “a *Lex Poetelia Papiria* afastou a carga da pessoa do devedor, transferindo-a aos seus bens, passando ao Estado o exercício da jurisdição, substituindo-se o direito da força pela força do Direito”.

De acordo com FIUZA (1999)

Como eram várias as injustiças, e, principalmente, por estarem sendo vítimas de seus credores heróis da pátria e nobres patrícios e, finalmente, por já se haver arrefecido o sentimento religioso que, verdadeiramente, era a causa primeira dessa responsabilidade física, editou-se a *Lex Poetelia Papiria*, em 326 a.c., que transformou o vínculo de pessoal em patrimonial. Mas a *Lex Poetelia* não dava ao devedor direito de autodefesa, o que veio a ser suprido pela *Lex Vallia*, do segundo século antes de cristo. A partir daí, ficou assentada em bases legais, sistematizadas, a responsabilidade patrimonial do devedor. Em outras palavras, não era mais a pessoa do devedor que respondia, mas sim seu patrimônio, ainda que imóvel.

Assim, o inadimplemento passaria a ensejar não mais a execução pessoal, mas tão somente a execução patrimonial do devedor, com exceção do inadimplemento das dívidas provenientes de delitos, que permitia a execução da própria pessoa.

No que concerne especificamente ao instituto da prisão civil por dívida, tem-se que diversos países a adotaram em determinado momento histórico.

Com efeito, no ordenamento jurídico italiano, havia possibilidade de prisão por dívida decorrente das pendências de condenações criminais, porém o Código Civil Italiano de 1942 extinguiu o referido instituto. Em relação ao direito inglês, tem-se que a prisão por dívida delineava um grau de crueldade, pois "o credor de uma obrigação inadimplida teria sido autorizado pelo juiz a cortar uma libra de carne do corpo do devedor em função do débito." No direito argentino, a prisão civil tinha sido baseada no ordenamento espanhol, que permitia a prisão por dívida, contudo, no ano de 1872, a Lei n° 514 aboliu a prisão, salvo nos casos de falência e insolvência civil originárias de fraude ou dolo por parte do inadimplente. (AZEVEDO, p. 18-47)

Cumprir destacar que, nos tempos atuais, a maioria dos mencionados países aboliu o instituto da prisão civil como meio coercitivo para o adimplemento da prestação alimentícia.

Por outro lado, observa-se que várias dessas nações inseriram dispositivos em seus códigos penais que criminalizam a conduta daquele devedor de alimentos que não cumpre com a sua prestação. Como exemplo dessa situação, pode-se citar o Código Penal de Portugal, que dispõe em seu artigo 250:

1 - Quem, estando legalmente obrigado a prestar alimentos e em condições de o fazer, não cumprir a obrigação no prazo de dois meses seguintes ao vencimento, é punido com pena de multa até 120 dias.

2 - A prática reiterada do crime referido no número anterior é punível com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias.

3- Quem, estando legalmente obrigado a prestar alimentos e em condições de o fazer, não cumprir a obrigação, pondo em perigo a satisfação, sem auxílio de terceiro, das necessidades fundamentais de quem a eles tem direito, é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.

4 - Quem, com a intenção de não prestar alimentos, se colocar na impossibilidade de o fazer e violar a obrigação a que está sujeito criando o perigo previsto no número anterior, é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.

5 - O procedimento criminal depende de queixa.

6 - Se a obrigação vier a ser cumprida, pode o tribunal dispensar de pena ou declarar extinta, no todo ou em parte, a pena ainda não cumprida.

Diante desse dispositivo da legislação portuguesa, é possível inferir no item 6 do referido artigo que o Poder Judiciário desse País tem a possibilidade de extinguir o cumprimento da pena que foi imposta ao devedor/réu, caso este cumpra a prestação alimentar da qual é inadimplente.

Essa disposição legal se assemelha muito ao instituto da prisão civil, pois, conforme explanado anteriormente, nesta modalidade de prisão o devedor deve ser solto assim que pagar o débito alimentar devido ou aguardar o prazo de 60 (sessenta) dias privado de sua liberdade.

Diante disso, é possível constatar que embora muito países tenham abolido a prisão civil dos seus ordenamentos jurídicos, ainda remanescem mecanismos legais que visam forçar o devedor de alimentos a adimplir seu débito.

Em relação ao ordenamento jurídico pátrio, tem-se que, historicamente, foram adotadas várias posições no que concerne à possibilidade de prisão civil por dívidas, que refletem o momento jurídico que o País vivenciava.

Na Constituição Política do Império, de 1824, que foi outorgada pouco tempo após a independência do Brasil, não havia qualquer menção à prisão civil em suas disposições.

De igual modo, na Constituição da República, de 1891, em período que marcava a transição do regime monárquico para o republicano, também não havia possibilidade da prisão civil.

Por sua vez, na Constituição de 1934, que surgiu em decorrência da Revolução Constitucionalista de 32, foi a primeira vez em que a Lei Maior previa expressamente, em seu art. 113, item “30”, no capítulo concernente aos direitos e garantias e direitos individuais, a possibilidade da prisão em razão de dívidas, mas somente em relação ao depositário infiel e ao devedor de alimentos.

A Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, em período ditatorial, caracterizado pela supressão de direitos e garantias individuais, que ficou conhecido como Estado Novo, nada dispôs a respeito desse mecanismo coercitivo.

A partir da Constituição Federal de 1946, que teve como principal característica o fato de resgatar as liberdades suprimidas pela Carta anterior, o constituinte retomou a possibilidade da prisão civil do depositário infiel e do devedor de alimentos.

Do mesmo modo, a Constituição de 1967, que foi outorgada no período histórico da ditadura militar, manteve a prisão civil para as hipóteses do depositário infiel e do devedor de alimentos.

Posição esta que foi mantida na Carta Magna de 1988, promulgada no momento histórico de redemocratização do País e que teve como sua principal característica a inserção de direitos sociais no texto constitucional.

Acerca da prisão civil, dispõe a Constituição Cidadã:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] 45 LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.

Ressalta-se que, apesar de as Constituições de 1824, 1891 e 1934 não tratarem a respeito da prisão civil, vigia à época, no período de 1850 a 1939, o Regulamento n. 737, que admitia a prisão civil nas seguintes hipóteses: depósito (art. 269); fuga do devedor e fraudes falimentares (art. 343); não exibição de livros comerciais no prazo assinado pelo juiz (art. 352); recusa na entrega de título de crédito (art. 376); conluio de árbitro comercial com alguma das partes (art. 440); prevaricação de oficiais de justiça na penhora (art. 514); e resistência ao cumprimento de penhora (art. 517). (SANTOS, 2012, p. 87)

Ainda que a prisão civil do depositário infiel esteja expressamente prevista na Constituição de 1988, essa modalidade coercitiva não tem mais aplicabilidade, tendo em vista que o Brasil aderiu, em 1992, à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, promulgando-a por meio do Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, que estabelece em seu art. 7º, item 7, que “ninguém deve ser detido por dívida. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar” (BRASIL, 1992).

Nesse sentido, é perceptível que com o advento da era democrática e com adesão do Brasil a tratados internacionais de direitos humanos tem-se cada vez mais restringido a possibilidade de coerção pessoal, optando-se por formas menos drásticas para compelir o devedor a adimplir a sua prestação.

No entanto, o instituto da prisão civil ainda se mostra eficaz no cumprimento de sentença fundado em prestação alimentar, uma vez que é sabido que há significativa quantidade de devedores que se utilizam de mecanismos para fraudar a execução, apenas adimplindo a prestação quando tem o receio de terem sua liberdade cerceada.

Para ROSENVALD (2016, p. 813):

Essa prisão civil por dívida alimentar, por seu turno, não tem natureza punitiva. Não se trata de pena, mas de mecanismo coercitivo, destinado a atuar sob o devedor para forçá-lo ao cumprimento da obrigação, garantindo a integridade do credor. Por isso, vale o registro de que o pagamento da dívida implica na imediata revogação da prisão (CPC, art. 528, § 6º), ainda que o pagamento tenha sido efetuado por terceiro.

Esse entendimento destaca a atual finalidade da prisão civil no ordenamento jurídico nacional, que não é o de punir, mas sim, de servir de meio coercitivo para forçar o devedor a adimplir a sua obrigação.

De outro modo, o legislador brasileiro também seguiu a tendência europeia em criminalizar a inadimplência do débito alimentar, instituindo o crime de abandono material.

Nessa linha, extrai-se do Código Penal:

Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo:

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Parágrafo único - Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada.

Ressalta-se que tal dispositivo está inserido no Capítulo III, do Código Penal, que trata dos crimes contra a assistência familiar. Desse modo, os alimentos a que se referem este tipo penal são aqueles oriundos do direito de família, sendo vedada interpretação extensiva no sentido de abranger outras espécies de obrigações alimentares, por não ser admitida analogia *in malam partem* no âmbito do direito penal.



## 2.2 Da constitucionalidade de sua imposição

A prisão civil encontra embasamento legal no artigo 528, § 3º, do Código de Processo Civil e no artigo 5º, LXVII, da Constituição Federal, o qual prevê, em regra, a proibição da prisão civil por dívidas, excetuando-a para os casos de prestação alimentar e do depositário infiel, sendo esta última inaplicável em razão do Brasil ser um signatário do Pacto de São José da Costa Rica.

Deve-se esclarecer que o mencionado tratado internacional de direitos humanos não aderiu ao ordenamento pátrio pela forma exigida no art. 5, § 3º, da CF/88, ou seja, a aprovação pelo quórum de 3/5 (três quintos) dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, o que, por consequência, resultaria na equivalência desse tratado a emenda constitucional.

Desse modo, a proibição da prisão civil do depositário infiel ingressou no ordenamento jurídico brasileiro por meio do julgamento do RE n. 466.343-1/SP, no qual o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que o Pacto de San José da Costa Rica tem status de norma supra legal, uma vez que os tratados internacionais de direitos humanos tem caráter especial e, desse modo, podem suspender a eficácia jurídica de toda norma que viole as suas disposições, revogando todas as normas do direito brasileiro que lhe forem contrárias.

No caso acima, tratava-se de recurso extraordinário que teve origem em ação de depósito, fundada em alienação fiduciária em garantia que, no âmbito do segundo grau de jurisdição confirmou a sentença, a qual deixou de impor a prisão civil ao devedor caso ele não devolvesse o bem ao banco fiduciante.

A propósito, pertinente transcrever a ementa do referido julgado:

PRISÃO CIVIL. Depósito. Depositário infiel. Alienação fiduciária. Decretação da medida coercitiva. Inadmissibilidade absoluta. Insustentação da previsão constitucional e das normas subalternas. Interpretação do art. 5º, inc. LXVII e §§ 1º, 2º e 3º, da CF, à luz do art. 7º, § 7, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). Recurso improvido. Julgamento conjunto do RE nº 349.703 e dos HCs nº 87.585 e nº 92.566. É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito

Assim, a partir da publicação da referida decisão, que teve repercussão geral, a prisão civil do depositário infiel foi banida do ordenamento jurídico nacional.

Do mesmo julgado, extrai-se o voto do Ministro César Peluso, que admite a prisão civil no ordenamento brasileiro, porém faz uma crítica a esse instituto, aduzindo que:

“à bárbara concepção de que o ser humano é mero corpus civilis, sujeito a qualquer medida normativa violenta. [...] submeter qualquer pessoa à prisão

civil, por simples dívida, constituiria um inaceitável retrocesso histórico, pois recuaríamos a um período (século V a.C., aproximadamente), que antecedeu a edição da Lex Poetelia Papiria, celebrada, quando de sua formulação, como representando a aurora de um novo tempo, pois aboliu o instituto do nexum (que fazia a execução recair sobre a pessoa do devedor), substituindo-o pela bonorum cessio, que submetia o patrimônio do devedor, e não a pessoa deste, ao processo de execução.”

De forma contrária a esse entendimento, SANTOS (p. 156, 2012) defende que:

Há quem diga que a prisão civil é instituto velho para tratar de problema novo, gerado pela pós modernidade. Discorda-se. A prisão é inerente ao poder jurisdicional e jamais poderá ser abandonada, simplesmente porque o gênio humano naturalmente tende ao descumprimento das imposições com as quais não concorde. Sempre haverá quem, ainda que vencido, insurja-se ilegitimamente contra uma ordem judicial, quer por força de seu poder econômico, quer pela falta de espírito democrático, quer por qualquer outro motivo.

Assim, é possível constatar que existem questionamentos quanto à prisão civil e sua aplicabilidade no país, uma vez que a privação da liberdade do ser humano decorrente de dívidas que este contraiu era amplamente admitida em outros períodos históricos, cujo contexto da época possibilitava a utilização dessa medida.

Ainda, cumpre ressaltar que a prisão civil deve ser utilizada como medida excepcional no curso do processo de cumprimento de sentença que objetive o adimplemento da obrigação alimentar, sendo aplicável apenas quando o devedor de forma voluntária e inescusável deixa de pagar os alimentos que deve. (PEREIRA, 2007, p. 114)

Vale destacar que a satisfação do débito alimentar pode ser feita pelos outros meios executivos previstos no Código de Processo Civil, quais sejam: desconto em folha (arts. 529 e 912, do CPC), desconto em renda (art. 529, § 3º), constituição de capital (art. 533) e expropriação (art. 528, § 8º, e 913, do CPC).

Isso porque o credor do débito alimentar, em razão de convicções pessoais ou por acreditar que o devedor não conseguirá arcar com a prestação alimentar enquanto estiver preso, pode optar por utilizar técnicas executivas que não ponham em risco a liberdade do devedor.

Nessa linha, AGOSTINI (2017, p. 13) aduz que:

A forma de tutela executiva, entre as medidas admissíveis, é escolha do credor, não existindo preferência legal. Afinal, procedimento para satisfação do crédito é realizado no interesse do exequente (art. 797, do CPC). Nesse aspecto há inovação do CPC, que consolidou o entendimento da ausência de ordem de preferência entre os meios executivos, já que revogou expressamente os arts. 16 e 18 da Lei n. 5.478/1968 (art. 1.072, V, do CPC).

A imposição da prisão civil, como medida excepcional a ser adotada para compelir o devedor a adimplir sua obrigação, encontra respaldo na Carta Magna de 1988, uma vez que esta insere a liberdade humana como direito fundamental.

Caso a decisão judicial que decreta a prisão civil do devedor de alimentos estiver eivada de ilegalidade, é cabível *habeas corpus*, de acordo com consolidado entendimento jurisprudencial e doutrinário, com o intento de evitar ou suspender a restrição de liberdade daquele que foi preso de maneira ilegal.

Todavia, não é possível o manejo do supramencionado remédio constitucional com o propósito de rediscutir o valor da dívida, uma vez que é inadmissível dilação probatória em sede de *habeas corpus*.

Nesse sentido, colhe-se o seguinte precedente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM O QUANTUM ALIMENTAR. DESEMPREGO E PROBLEMAS DE SAÚDE. MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME PELA VIA ESTREITA DO WRIT. MAIORIDADE CIVIL DE DOIS DOS EXEQUENTES. FATO QUE PROVOCA A EXTINÇÃO AUTOMÁTICA DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DE DÍVIDA PRETÉRITA. PROPOSTA DE ACORDO NÃO ACEITA PELOS CREDORES. MATÉRIA NÃO EXAMINADA NA DECISÃO IMPUGNADA E SEM INDÍCIO PROBATÓRIO. PRISÃO CIVIL MANTIDA. ORDEM DENEGADA.

O habeas corpus, remédio heroico com previsão constitucional, encontra amparo sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Não podem ser apreciadas questões fáticas, acerca das condições financeiras do Alimentante/Paciente, na sede restrita do writ, haja vista a necessidade de ampla dilação probatória em ação própria para tal fim, não servindo de justificativa à revogação do decreto prisional a alegação de desemprego e problemas de saúde, mesmo porque eventual ação revisional de alimentos que minore do quantum alimentar aos filhos, somente terá efeito em relação às prestações futuras, não atingindo o débito das parcelas anteriores, alvo do procedimento executório. Na mesma direção, o fato de dois filhos credores terem atingido a maioria civil não respalda a extinção automática do dever alimentar, especialmente de dívida pretérita. (TJSC, Habeas Corpus (Cível) n. 4009038-32.2017.8.24.0000, de Araranguá, rel. Des. João Batista Góes Ulysséa, Segunda Câmara de Direito Civil, j. 01-06-2017, sem grifos no original).

Na hipótese de o alimentante pretender questionar o valor do débito alimentar, esse deve-se valer de ação autônoma, amplamente conhecida na praxis forense como ação revisional de alimentos, nela podendo se insurgir em relação ao *quantum* fixado na prestação alimentar.

Contudo, o ajuizamento da ação revisional só poderá minorar as prestações alimentares vincendas, não existindo a possibilidade de afastar a decretação da prisão

civil pelo pagamento da dívida de acordo com o valor de eventual minoração da prestação alimentar determinada na ação revisional.

## 2. 3 A prisão civil como meio coercitivo para o pagamento de prestações alimentares inadimplidas

Atualmente, o ordenamento jurídico brasileiro admite o seu cabimento apenas nas 3 (três) prestações alimentares vencidas, conforme disposto no artigo 528, § 7º e na Súmula 309, do Superior Tribunal de Justiça, além de haver previsão legal no sentido de que a prisão civil deverá ser cumprida em regime fechado, mas separada dos presos que estejam sendo responsabilizados penalmente.

Nesse sentido, leciona DIDIER JR. (2016, p. 724):

“Somente é possível ser decretada a prisão civil no cumprimento de sentença do art. 528 do CPC. Não pagas as três últimas prestações anteriores ao ajuizamento da execução ou qualquer outra que se vencer a partir do ajuizamento da execução, deverá ser decretada a prisão (art. 528, §7º, CPC). Não se deve decretar a prisão relativamente a prestações anteriores às 3 últimas que antecederam o ajuizamento da execução. É que o devedor não pode prejudicar-se pela demora do credor em executar. O direito privado prevê a existência de um dever do credor de minimizar as suas perdas (duty to mitigate the loss). Esse dever decorre do princípio da boa-fé (art. 5º, CPC), sendo um dos deveres anexos que o tratamento cooperativo do vínculo obrigacional impõe ao credor. Ao não diligenciar que o valor dos próprios prejuízos não aumente consideravelmente, o credor cometeria abuso de direito, ferindo, portanto, o princípio da boa-fé. Por isso, o atraso no ajuizamento da execução não deve prejudicar o devedor.”

Ainda que o Código de Processo Civil preveja expressamente que a prisão civil deva ser cumprida em regime fechado, a jurisprudência tem relativizado essa exigência, uma vez que há situações em que a prisão civil do alimentante poderá acarretar riscos à sua saúde e/ou integridade física.

Acerca do tema, colhe-se o seguinte julgado:

HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL POR INADIMPLEMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. PACIENTE PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS. DIFICULDADES DE LOCOMOÇÃO (CADEIRANTE). CUIDADOS ESPECIAIS IMPRESCINDÍVEIS. ESTABELECIMENTO PRISIONAL QUE NÃO REÚNE CONDIÇÕES PARA RECEBER O SEGREGADO. DIREITO À ACESSIBILIDADE NÃO GARANTIDO. EXCEPCIONALIDADE DO CASO AUTORIZADORA DO CUMPRIMENTO DA REPRIMENDA EM REGIME DOMICILIAR. ORDEM CONCEDIDA.

I - Em sede de habeas corpus, na qualidade de remédio constitucional de natureza excepcionalíssima e sumaríssima, inexistente a possibilidade de discussão acerca do mérito de qualquer demanda, ficando o seu objeto adstrito à aferição da legalidade ou não da decisão capaz de privar o paciente de sua liberdade de locomoção.

II - Os Tribunais pátrios têm admitido, em casos excepcionais, que a prisão civil seja cumprida em regime domiciliar quando demonstrado que o precário

estado de saúde do Paciente possa colocar sua vida em risco pela impossibilidade de oferecimento dos cuidados médicos necessários durante o encarceramento.

III - Demonstrada nos autos a excepcionalidade do caso, pois o Paciente, portador de neuropatia axonal, possui debilidade dos membros inferiores, o que reduz extremamente sua mobilidade, necessitando do auxílio ininterrupto de cadeira de rodas, aliado ao fato que o estabelecimento prisional não reúne condições para garantir o direito à acessibilidade e receber pessoas que necessitem de cuidados especiais, a concessão da ordem de habeas corpus a fim de determinar que o cumprimento da prisão civil se dê em regime domiciliar é medida que se impõe. (TJSC, Habeas Corpus n. 2016.009809-7, de Joinville, rel. Des. Joel Figueira Júnior, Quarta Câmara de Direito Civil, j. 25-02-2016, grifou-se).

Tal entendimento jurisprudencial se mostra em consonância com os direitos e garantias assegurados ao cidadão na Constituição Federal, uma vez que estabelece restrições à liberdade daquele que inadimpla a prestação alimentar, mas, por outro lado, determina a manutenção de condições mínimas de saúde ao devedor de alimentos.

Também é objeto de crítica da doutrina o fato de a imposição do regime fechado na prisão civil do devedor de alimentos impedir que o alimentante labore, impossibilitando, muitas vezes, que este encontre meios de arcar com a subsistência do alimentando enquanto estiver preso (MADALENO, 2000, p. 73).

Ademais, diante da grave crise que assola o sistema penitenciário no Brasil, torna-se extremamente difícil assegurar a separação de presos que estão cumprindo pena em regime fechado dos presos de natureza cível (MARINONI, 2015, p. 1030)

Por outro lado, vale mencionar que a prisão civil tem como escopo pressionar o devedor de alimentos que, de forma voluntária e inescusável, deixa de adimplir a prestação que lhe é imposta.

Segundo MARMITT (1989, p.7):

A prisão existente na jurisdição civil é simples fator coercitivo, de pressão psicológica, ou de técnica executiva, com fins de compelir o depositário infiel ou o devedor de alimentos, a cumprirem sua obrigação. Insere-se na Constituição Federal como exceção ao princípio da inexistência de constrição corporal por dívida. Sua finalidade é exclusivamente econômica, pois não busca punir, mas convencer o devedor relapso de sua obrigação de pagar.

Assim, é evidente que este instituto coercitivo auxilia na efetivação de direitos fundamentais, visto que com o adimplemento da prestação alimentícia, o alimentando, que frequentemente se encontra em condição de vulnerabilidade econômica, tem concretizada a prestação de que tem direito, o que se compatibiliza com o princípio da dignidade humana.

Nunca é demais frisar que a prisão civil não é uma pena e sim um mecanismo de coerção. Cahali (2013, p. 735) explica que, “embora o artigo 733, § 2º, do CPC fale em

“pena” de prisão, de pena não se trata. Decreta-se a prisão civil não como pena, não com o fim de punir o executado pelo fato de não ter pagado a prestação alimentícia, mas sim com o fim, muito diverso, de coagi-lo a pagar”. Tanto o é que o cumprimento da “prisão não exime o devedor do pagamento das prestações vencidas ou vincendas” e “paga a prestação alimentícia, o juiz suspenderá o cumprimento da ordem de prisão (CPC, art. 733, §§ 2º e 3º)” (RODRIGUES, 2004, p. 390).

Cumprir destacar que, por não se tratar de pena, é incabível a progressão de regime na hipótese de prisão civil. Isso porque o artigo 33, do Código Penal, que determina a progressão de regime, é aplicável apenas para condenações criminais, não sendo utilizado para a prisão civil, que se trata de medida coercitiva no âmbito da jurisdição cível.

Nesse sentido, já decidiu o Supremo Tribunal Federal em hipótese que versava sobre a prisão civil do depositário infiel, à época em que era admitida a prisão para essa espécie de devedor:

HABEAS-CORPUS. DEPOSITÁRIO INFIEL. PRISÃO CIVIL. PROGRESSÃO DA PENA. Não-cabimento. O regime de progressão da pena previsto no artigo 33, § 1º, a, b, e c, do Código Penal, é insito à condenação criminal e não se aplica à prisão civil que, na hipótese, deve ser mantida. Habeas-corpus deferido parcialmente na parte conhecida.

(HC 77527, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. MOREIRA ALVES, Tribunal Pleno, julgado em 23/09/1998, DJ 16-04-2004 PP-00054 EMENT VOL-02147-13 PP-02558)

Do mesmo modo, a circunstância de o devedor permanecer preso pelo prazo estipulado e não adimplir a sua dívida, não faz com que ele se isente do seu pagamento, devendo o credor se utilizar dos outros meios executivos para satisfazer o seu débito, inclusive podendo se valer do mecanismo da prisão civil para eventuais prestações alimentares que venham a ser inadimplidas.

Acertadamente, o legislador, ao elaborar o Código de Processo Civil de 2015, corrigiu um erro técnico muito comum no ordenamento pátrio ao se tratar do instituto da prisão civil, retirando a expressão “pena” ao se referir a prisão civil, que estava prevista no CPC/73 e pela qual a Lei de Alimentos ainda se refere ao tratar desse instituto coercitivo.

De igual modo, registra-se que o CPC/39 também tratava de modo equivocado a prisão civil, tratando-a como punição.

Em seu artigo 920, o CPC/39 estabelecia que:

Art. 920 Quando não for possível o desconto na forma do artigo anterior, ou quando o devedor não pertencer a qualquer das categorias nele enumeradas, o

não cumprimento de prestação alimentícia será punido com prisão, decretada pelo juiz cível. (Grifou-se)

Nessa mesma esteira, seguia o CPC/73:

Art. 733. Na execução de sentença ou de decisão, que fixa os alimentos provisionais, o juiz mandará citar o devedor para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.

§ 1º Se o devedor não pagar, nem se escusar, o juiz decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.

§ 2º O cumprimento da pena não exime o devedor do pagamento das prestações vencidas ou vincendas; mas o juiz não lhe imporá segunda pena, ainda que haja inadimplemento posterior. (Sublinhou-se)

E, no mesmo sentido, dispõe a Lei de Alimentos:

Art. 19. O juiz, para instrução da causa ou na execução da sentença ou do acordo, poderá tomar todas as providências necessárias para seu esclarecimento ou para o cumprimento do julgado ou do acordo, inclusive a decretação de prisão do devedor até 60 (sessenta) dias.

§ 1º O cumprimento integral da pena de prisão não eximirá o devedor do pagamento das prestações alimentícias, vincendas ou vencidas e não pagas. (Destacou-se)

Por sua vez, dispõe o CPC/15:

Art. 528. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.

§ 1º Caso o executado, no prazo referido no caput, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, o juiz mandará protestar o pronunciamento judicial, aplicando-se, no que couber, o disposto no [art. 517](#).

(...)

§ 3º Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1º, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.

Diante da leitura desses dispositivos legais, tem-se que a prisão civil, nos tempos atuais, ainda recebe o tratamento de pena, por mais que essa modalidade de prisão, conforme exposto anteriormente, não tenha função punitiva e, sim de coerção pessoal.

No que tange ao prazo pelo qual o devedor de alimentos pode ter sua liberdade restringida, é importante mencionar que por muito tempo houve distinção entre os alimentos provisionais e definitivos.

Pelo artigo 733, § 1º, do CPC/73, a prisão para o devedor de alimentos provisionais poderia variar de 1 (um) a 3 (três) meses. E, para o devedor inadimplente de alimentos definitivos, o prazo máximo era de 60 (sessenta) dias, conforme disposto no artigo 19, da Lei n. 5.478/68. Com a promulgação do CPC/15 se unificaram os prazos, estabelecendo-se o prazo de 1 (um) a 3 (três) meses para as duas hipóteses, além de se ter corrigido a expressão alimentos provisórios para a nomenclatura mais adequada de prestação alimentícia. (THEODORO JÚNIOR, 2017, p. 134)

Atualmente, de forma majoritária, o entendimento doutrinário e jurisprudencial é no sentido de que só é cabível a prisão civil para o devedor de alimentos oriundos do Direito de Família, ainda que a Lei Adjetiva e a Carta Magna não especifiquem qual a espécie de alimentos inadimplidos que permitem a utilização dessa medida restritiva de liberdade.

Todavia, especialmente em sede doutrinária, tanto na vigência do CPC/73 quanto do CPC/15, alguns autores apresentam argumentos que justificariam a possibilidade de prisão civil ao devedor de alimentos decorrentes de ato ilícito, sem que houvesse ofensa a direitos fundamentais do devedor de alimentos.

Assim, tem-se elementos para analisar nos capítulos seguintes deste trabalho, a aplicabilidade da prisão civil para outras modalidades de alimentos, como os indenizatórios, que visam garantir a subsistência de vítimas de atos ilícitos e/ou seus familiares, situação que suscita controvérsia que é o escopo deste trabalho.



### 3. DOS ALIMENTOS

#### 3.1 Conceito

A expressão alimentos compreende toda aquela verba destinada ao suprimento das necessidades do alimentando. Para GOMES (1999, p. 427) “alimentos são prestações para satisfação das necessidades vitais de quem não pode provê-las por si.”

No que se refere à origem da palavra alimentos, leciona AZEVEDO (2013, p. 303) que essa surgiu da palavra latina *alimentum*, “significando sustento, alimentação, manutenção, subsistência, do verbo *is, ui, itum, ere* (alimentar, nutrir, desenvolver, aumentar, animar, fomentar, manter, sustentar, favorecer, tratar bem”.

Por sua vez, CAHALI (2017, p. 15) conceitua alimentos como:

[...] tudo o que é necessário para satisfazer aos reclamos da vida; são as prestações com as quais podem ser satisfeitas as necessidades vitais de quem não pode provê-las por si; mais amplamente, é a contribuição periódica assegurada a alguém, por um título de direito, para exigi-la de outrem, como necessária à sua manutenção.

De acordo com GONÇALVES (2012, p. 498), a palavra “alimentos” possui um significado mais amplo:

O vocábulo “alimentos” tem, todavia, conotação muito mais ampla do que na linguagem comum, não se limitando ao necessário para o sustento de uma pessoa. Nele se compreende não só a obrigação de prestá-los, como também o conteúdo da obrigação a ser prestada. A aludida expressão tem, no campo do direito, uma acepção técnica de larga abrangência, compreendendo não só o indispensável ao sustento, como também o necessário à manutenção da condição social e moral do alimentando.

Cabe destacar que o termo “alimentos” tem significado mais abrangente do que a linguagem corrente pressupõe. Possui, na seara jurídica, uma significação de amplo alcance, pois engloba tudo o que é necessário à vida: sustento, habitação, roupa e tratamento de moléstias (BEVILÁQUA, 1976, p. 383).

Segundo FARIAS; ROSENVALD (2016, p. 702):

“Por óbvio, incluem nos alimentos tanto as despesas ordinárias, como os gastos com alimentação, habitação, assistência médica, vestuário, educação, cultura e lazer, quanto as despesas extraordinárias, envolvendo, por exemplo, gastos em farmácias, vestuário escolar, provisão de livros educativos. Somente não estão alcançados os gastos supérfluos ou luxuosos e aqueles decorrentes de vícios pessoais.”

Dessa forma, é preciso destacar que os alimentos objetivam garantir a subsistência daquele indivíduo que não consegue, pelos próprios meios, assegurar a sua sobrevivência, e que seja amparado pelo ordenamento jurídico a pleitear tal verba em relação a outras pessoas.

Defendem FARIAS; ROSENVALD (2016, p. 700) que o estabelecimento da obrigação alimentar está lastreada numa perspectiva solidária, inserida no artigo 3º, da

Constituição Federal, orientada pela cooperação, isonomia e justiça social – como ideias para garantir o princípio da dignidade humana, previsto no artigo 1º, inciso III, da Carta Magna.

Ao se assegurar o direito aos alimentos, está se protegendo os direitos da personalidade, uma vez que tal verba promove a manutenção da integridade da pessoa, em seus múltiplos aspectos. Portanto, está se tutelando a dignidade da pessoa humana, que está abrangida como princípio constitucional.

Em razão de seu caráter essencial para a sobrevivência do ser humano, os alimentos tem tutela jurídica diferenciada, tendo rito processual específico e meios executivos próprios, que asseguram, de forma célere, a concretização da prestação alimentar àqueles que dela necessitam.

Sob a perspectiva processual, leciona ASSIS (p. 15, 2011) que o alimentando se beneficia da prestação adimplida pelo alimentante, o que acarreta na diminuição patrimonial deste em prol do proveito do alimentando. Portanto, há relação creditícia, designando-se o alimentante de devedor e o credor de alimentando, os quais podem estar inseridos numa ação executiva concebida pelo Código de Processo Civil que vise o adimplemento da prestação alimentar.

No ordenamento jurídico brasileiro, observa-se a previsão de alimentos no Código Civil, no artigo 948, inciso II, que trata dos alimentos indenizatórios e nos artigos 1.694 a 1.710, que tratam dos alimentos decorrentes de relações familiares. A conceituação legal desse instituto, todavia, é depreendida do capítulo concernente ao legado, no artigo 1.920, do Código Civil, que estabelece: “O legado de alimentos abrange o sustento, a cura, o vestuário e a casa, enquanto o legatário viver, além da educação, se ele for menor”.

Nesse sentido, convém destacar que existem diversas causas que ensejam o estabelecimento de obrigação alimentar entre os indivíduos, não se limitando a vínculos familiares.

### 3.2 Origem e Evolução Histórica

Historicamente, tem-se que os alimentos surgiram no Direito Romano como instituto próprio do direito de família somente a partir do Principado, período histórico de Roma no qual os vínculos de sangue passaram a ter maior importância, tendo a ideia do dever moral de socorro se transformado em obrigação jurídica própria, correspondendo ao direito aos alimentos. (CAHALI, 2012, p. 42)

Por seu turno, RIZZARDO (2011, p. 646) sustenta que os alimentos tem origem no Direito Natural. Para o referido autor, é próprio do ser humano a necessidade de auxiliar o próximo, socorrendo-o quando em perigo e sustentando-o. Tal vontade traduz-se no instinto natural de sobrevivência da espécie, característica comum a todos os seres vivos, não havendo justificativa em se recusar a ajudar no sustento de outrem.

Em relação ao direito pátrio pré-codificado, tem-se que a obrigação alimentar se originou no Direito Lusitano, regido pelas Ordenações Manuelinas e, posteriormente, pelas Ordenações Filipinas, que regulava a matéria de alimentos concernente à proteção dos órfãos, descrevendo os elementos que integravam a obrigação alimentar devida a eles (BUZZI, 2004, p. 32).

Por sua vez, o Código Civil de 1916 regulou a obrigação alimentar decorrente de vínculos familiares como efeito jurídico da relação matrimonial, abrangendo as seguintes formas: a mútua assistência entre os cônjuges (art. 231, III); “sustento, guarda e educação dos filhos, (art. 231, IV); prover a manutenção da família (art. 233, IV) ou como decorrência das relações de parentesco (arts. 396 a 406). Após a edição do Código, atendendo ao dinamismo das relações familiares, fez-se necessário incrementos legislativos para tratar de situações novas que surgiam no cotidiano forense, bem como de facilitar alguns procedimentos relativos à matéria. É possível citar como exemplos dessas alterações o Dec-Lei 3.200/1941, que previa o desconto da prestação alimentar em folha de pagamento, a Lei 968/1949, que estabelecia a tentativa de acordo nas causas de alimentos e a Lei do Divórcio, que trouxe mudanças no que tange aos alimentos entre ex-cônjuges (CAHALI, 2012, p. 46).

Diante do tratamento difuso dado aos alimentos, havia a expectativa de que o Código Civil de 2002 unificasse a matéria, reduzindo, com isso, conflitos interpretativos entre as diferentes normas.

Todavia, o atual Código Civil não obteve tal êxito, o que, segundo CAHALI (2012, p.47), ocorreu em “em decorrência do largo período de estagnação do anteprojeto e do projeto, intercalada a sua tramitação com uma gama de profundas inovações no plano da legislação” ou, até mesmo, “pela falta de uma visão de conjunto do nosso sistema jurídico por aqueles que assumiram a responsabilidade pela nova codificação”.

Dessa forma, é possível concluir que os alimentos, em suas diversas modalidades de prestação, são tratados, pelo legislador, de forma difusa, o que acarreta, em muitos casos, controvérsias quanto à aplicação das normas.

### 3.3 Fundamentos da obrigação alimentar

É consabido que o ser humano desde o seu nascimento até o momento que se torna adulto, necessita que alguém o ofereça os meios necessários para assegurar a sua sobrevivência.

Nesse sentido, RODRIGUES (2016, p. 383) aduz que:

Para nascer o direito de pedir alimentos, mister se faz que o alimentário não possa prover, pelo seu trabalho, a própria manutenção. Assim, se quem os pede tem emprego que lhe proporciona o suficiente para manter-se; ou se não trabalha porque prefere o ócio, tratando-se de pessoa válida que, se quisesse, obteria colocação; ou se se cogita de indivíduo cujos bens seriam capazes de proporcionar renda bastante para a sobrevivência do dono, em todas essas hipóteses deve pedido de alimentos ser indeferido. Por outro lado, se a questão diz respeito à pessoa idosa ou doente que não pode trabalhar, ou mesmo se se trata de indivíduo válido que não consegue arranjar emprego, em virtude de crise que torna escassa as colocações, então o pedido de alimentos pode ser atendido.

Portanto, é possível constatar que existem diversas razões que asseguram o direito a alimentos ao credor.

De acordo com GONÇALVES (2012, p.507):

O dever de prestar alimentos funda-se na solidariedade humana e econômica que deve existir entre os membros da família ou parentes. Há um dever legal de mútuo auxílio familiar, transformado em norma, ou mandamento jurídico. Originariamente, não passava de um dever moral, ou uma obrigação ética, que no direito romano se expressava na equidade, ou no *officium pietatis*, ou na *caritas*. No entanto, as razões que obrigam a sustentar os parentes e a dar assistência ao cônjuge transcendem as simples justificativas morais ou sentimentais, encontrando sua origem no próprio direito natural.

Cabe destacar que esse dever legal de prestar alimentos foi, inicialmente, imposto àqueles que detinham vínculos familiares entre si, por força do princípio da solidariedade familiar, que encontra guarida na Constituição Federal:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifou-se)

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Diante dessa previsão constitucional, surge a discussão em saber se a obrigação alimentar tem caráter público, tendo relevância social, ou se é apenas de caráter privado,

isto é, se há somente interesse individual do alimentando em ter concretizada a sua prestação.

CAHALI (p. 33, 2012) aduz que o direito à vida é um desdobramento do direito da personalidade, do qual o indivíduo tem especial interesse. Por isso, faz-se necessária uma estrutura jurídica que assegure a existência e a manutenção da vida humana, surgindo, por conseguinte, o interesse do Estado em sua regulamentação.

Na mesma linha, RIZZARDO (2011, p. 647) defende que em razão de os alimentos estarem diretamente vinculados ao direito à vida, que visam à integridade e à manutenção da vida da pessoa, a obrigação alimentar não concerne somente ao alimentando, credor da obrigação, existindo um interesse público no adimplemento da obrigação. Desse modo, é atribuído caráter de ordem pública às normas que regulam a matéria.

Por seu turno, defendendo posição minoritária, DIAS (2013, p. 22- 23) não considera que a obrigação alimentar tenha caráter de ordem pública. De acordo com a autora, o interesse público só está presente quando existe o interesse de todos, o que não aconteceria em uma ação de alimentos, na qual apenas os credores e devedores apresentam interesse.

Ainda que haja posicionamento em sentido contrário, tem-se que a obrigação alimentar ostenta caráter de ordem pública, uma vez que possui características muito peculiares em relação às demais obrigações de natureza cível, que serão apresentadas no decorrer deste capítulo.

### 3.4 Da classificação dos alimentos quanto às espécies

Em face da multiplicidade de relações jurídicas complexas existentes na contemporaneidade, tem-se que o instituto dos alimentos também se aperfeiçoou, não se limitando apenas a uma obrigação legal que surge em razão de vínculos familiares.

Portanto, acompanhando a complexidade que o instituto dos alimentos alcançou, estes passaram a ser prestados em diversas modalidades, o que traz a necessidade de uma classificação para cada um deles, de modo a facilitar o estudo desse instituto.

Assim, nesse tópico será feita a classificação dos alimentos de acordo com o entendimento da doutrina majoritária.

#### 3. 4.1 Quanto à natureza

Classificam-se os alimentos quanto à sua natureza em dois tipos: naturais e civis.

Os alimentos naturais, também denominados de necessários, compreendem apenas os alimentos que são indispensáveis à manutenção da vida do alimentando, o que inclui a alimentação, a saúde, o vestuário, habitação e, caso o alimentando esteja em processo de formação, a educação. No que tange aos alimentos civis, tem-se que estes abrangem aquelas necessidades relacionadas à formação intelectual e ao entretenimento do alimentado. (CAHALI, 2012, p. 18)

O Código Civil de 1916 não fazia a distinção entre os alimentos naturais e os civis, a qual era tratada apenas pela doutrina. O Código Civil de 2002, por sua vez, diferenciou essas duas modalidades de alimentos, dispondo no caput de seu artigo 1.694:

“Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação”.

Esse alimentos mencionados no caput do artigo 1.694 se referem aos alimentos civis, comumente atribuídos àqueles indivíduos com grau de parentesco e com melhor condição econômica para suprir as necessidades elencadas no referido artigo aos parentes desprovidos financeiramente de manter a sua subsistência.

Já o § 2º do referido artigo, que trata dos alimentos naturais, enuncia que “os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia”.

DIAS (2013, p. 24) aduz, no entanto, que a distinção entre alimentos naturais e civis não deve subsistir no ordenamento jurídico brasileiro, por força da promulgação da Emenda Constitucional nº 66, de 13 de julho de 2010. Isso porque a referida emenda suprimiu o instituto da separação judicial do ordenamento, não podendo mais se falar em culpa dos cônjuges, a qual era mencionada no parágrafo 2º do artigo 1.694, do Código Civil de 2002, em que havia a diferenciação entre os alimentos necessários e civis.

Em que pese o entendimento da referida autora, é necessário consignar que o disposto no artigo 1.920, do Código Civil, que trata dos alimentos instituídos pelo legatário, se refere a alimentos naturais, uma que o referido artigo prevê que: “o legado de alimentos abrange o sustento, a cura, o vestuário e a casa, enquanto o legatário viver, além da educação, se ele for menor.”

Portanto, ainda que haja divergência quanto à classificação dos alimentos entre naturais e civis no âmbito do direito de família, tem-se que no direito sucessório é possível manter essa distinção em decorrência da disposição legal supramencionada.

### 3.4.2 Quanto à causa jurídica

Os alimentos, em razão de sua causa jurídica, podem ser classificados em legítimos, voluntários ou indenizatórios, a depender do motivo que os originou (FARIAS; ROSENVALD, p. 764, 2016).

São denominados legítimos, ou também conhecido como legais, aqueles alimentos que são devidos em razão de direito de sangue (*ex iure sanguinis*), por vínculos de parentesco, de relação familiar ou oriundos de uma relação matrimonial. (CAHALI, p. 20, 2012)

Esta modalidade de alimentos está inserido no ordenamento jurídico brasileiro no direito de família, com previsão no artigo 1.694, do Código Civil. Também cumpre mencionar que o artigo 5 º, LXVII, da Constituição Federal autoriza a prisão civil como meio coercitivo de adimplemento dessa modalidade de prestação alimentar.

Por sua vez, os alimentos voluntários são originados de uma declaração de vontade, que pode ser *inter vivos* ou *causa mortis*. De acordo com (FARIAS; ROSENVALD, p. 764, 2016):

Nessa hipótese (*causa mortis*), denominam-se testamentários, por defluir de um ato de última vontade, somente produzindo efeitos após a morte do instituidor. É um caso típico de legado sob a forma de alimentos, onerando o espólio (CC, art. 1.920). Naquela caso (*inter vivos*), são apelidados de convencionais, apresentando-se sob a forma de doação. Em ambas as hipóteses, trata-se de liberalidade porque o devedor não estava por lei obrigado a prestá-los.

Assim, nos alimentos voluntários, a pessoa que presta estes, seja durante a sua vida ou após o seu falecimento, faz sem obrigação legal, apenas vinculada ao ato de vontade que manifestou.

Vale destacar que os alimentos voluntários estão inseridos no contexto do direito sucessório, sendo inaplicáveis as disposições do direito de família a essa modalidade de prestação alimentar.

No que concerne aos alimentos indenizatórios, tem-se que a obrigação de os prestar decorre da prática de um ato ilícito. Essa modalidade de alimentos, também conhecidos como ressarcitórios, visa assegurar a subsistência da vítima de um ato ilícito que, em decorrência deste, tornou-se incapaz, de forma temporária ou permanente, para exercer atividade laborativa e, por consequência, de manter seu sustento.

Também pode ser amparados por essa modalidade de prestação familiar aqueles que dependiam do sustento da vítima do ato ilícito, nas hipóteses em que esta faleceu ou se tornou incapaz para os atos da vida civil em decorrência do ato ilícito.

Pode-se citar como exemplos de beneficiários de alimentos indenizatórios as vítimas de um acidente de trânsito ou de um acidente aéreo, bem como seus familiares.

Tal modalidade de prestação alimentar se encontra no campo da Responsabilidade Civil e tem previsão legal nos artigos 948, inciso II, e 950 do Código Civil, que dispõem:

Art. 948. No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações:

[...]

II - na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.

Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.

Parágrafo único. O prejudicado, se preferir, poderá exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.

No que se refere ao cabimento da prisão civil como meio coercitivo na hipótese de inadimplemento dessa modalidade de prestação alimentar, observa-se na jurisprudência uma tendência em vedá-la, ainda que não haja referência expressa a qual modalidade de alimentos em que é aplicável o rito da prisão civil no Código de Processo Civil e na Constituição Federal.

Essa discussão, que é objeto do presente trabalho, será tratada com maior profundidade no próximo capítulo, em que serão apontados aspectos de direito material e processual acerca do tema, com a finalidade de verificar a (im)possibilidade de prisão civil para o devedor inadimplente de alimentos indenizatórios.

### 3.4.3 Quanto ao momento da prestação

Pode-se dividir os alimentos em futuros e pretéritos.

Os primeiros são fixados em razão de acordo ou decisão judicial, sendo exigíveis, respectivamente, a partir do data em que se estipulou a prestação e a partir da citação válida.

Por outro lado, tem-se os alimentos pretéritos, que são aqueles anteriores a esses momentos, ou seja, que ainda não haviam sido fixados por acordo ou decisão judicial.



De acordo com Venosa (2008, p. 353), não se admite no ordenamento jurídico pátrio, alimentos anteriores à citação, por expressa previsão do artigo 13, § 2º, da Lei nº 5.478/68, que estabelece: “Em qualquer caso, os alimentos fixados retroagem à data da citação”.

Portanto, a divisão entre alimentos pretéritos e futuros interessa apenas ao fato de saber se os alimentos são exigíveis ou não.

#### 3.4.4 Quanto à modalidade

Nesta classificação, é possível diferenciar os alimentos entre próprios e impróprios.

Os primeiros são aqueles prestados *in natura* ao alimentando, ou seja, são utilidades essenciais à manutenção da vida deste. Como exemplo dessa modalidade, tem-se a alimentação, o vestuário, a moradia e demais itens que satisfaçam as necessidades do alimentando. (CAHALI, p. 26, 2012)

Em relação aos alimentos impróprios, conceitua-se estes como aqueles pagos diretamente em forma de pecúnia. Vale esclarecer que, apesar de sua nomenclatura, esses alimentos são a forma mais comum de pagamento da prestação alimentar. (GAGLIANO; FILHO, p. 720, 2012).

Essa forma de distinção dos alimentos encontra previsão legal no Código Civil, que estabelece:

Art. 1.701. A pessoa obrigada a suprir alimentos poderá pensionar o alimentando, ou dar-lhe hospedagem e sustento, sem prejuízo do dever de prestar o necessário à sua educação, quando menor.  
Parágrafo único. Compete ao juiz, se as circunstâncias o exigirem, fixar a forma do cumprimento da prestação.

Verifica-se, com base no artigo supramencionado, a possibilidade de fungibilidade entre os alimentos próprios e impróprios. Contudo esta não é irrestrita, dependendo de análise judicial para cada caso específico.

Isso porque não se mostra recomendável que, na hipótese de mau relacionamento entre o alimentando e o alimentante, este cumpra a sua prestação oferecendo moradia ao primeiro, de modo que ambos convivam juntos, uma vez que a tendência é que sua relação piore (MONTEIRO, p. 547, 2010).

### 3.4.5 Quanto à finalidade

Em relação à finalidade, pode-se diferenciar os alimentos em provisionais, provisórios ou definitivos.

Os alimentos provisionais são aqueles que são requeridos em ação cautelar, antes do ajuizamento da demanda. Esse tipo de alimentos se presta ao sustento, vestuário e habitação. Por seu turno, os alimentos provisórios devem ser requeridos na ação principal e o pleito desses pode ser requerido em caráter liminar. (RODRIGUES, 2004, p. 391-392)

Tratando-se de alimentos oriundos do direito de família, seguem a disciplina prevista para a Lei n. 5.478/68 (Lei de Alimentos).

Para as outras hipóteses de alimentos, devem ser pleiteados com base nas disposições da tutela provisória, que se encontram nos artigos 294 a 311, do Código de Processo Civil.

Em relação aos alimentos definitivos, também denominados regulares, cabe esclarecer que estes são fixados de forma permanente e objetivam a manutenção da integridade do alimentando (DINIZ, 2011, p. 553).

A fixação dessa espécie de alimentos ocorre por meio de sentença ou por homologação de acordo judicial.

Apesar de sua nomenclatura indicar que eles devem ser prestados de forma permanente, é importante mencionar que a decisão judicial que determina o seu pagamento faz apenas coisa julgada formal, sendo possível que o devedor e o credor ingressem com nova demanda judicial, conhecida na praxe forense como ação revisional de alimentos, postulando a majoração ou minoração do seu *quantum*, ou até mesmo com o ingresso de ação de exoneração de alimentos, pleiteando que o Poder Judiciário reconheça a inexistência do dever de prestar a verba alimentar (ROSENVALD, 2016, p. 768)

Nesse sentido, tratando dos alimentos oriundos do direito de família, dispõe o Código Civil:

Art. 1.699. Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo.

Assim, em que pese o devedor e o credor tenham assegurado o direito de ação com relação à modificação do *quantum* da prestação alimentícia, é necessário que haja alteração na situação econômica de uma das partes para que o pleito possa ser deferido.

No que se refere aos alimentos indenizatórios, extrai-se do Código de Processo Civil:

Art. 533. Quando a indenização por ato ilícito incluir prestação de alimentos, caberá ao executado, a requerimento do exequente, constituir capital cuja renda assegure o pagamento do valor mensal da pensão.

[...]

§ 3º Se sobrevier modificação nas condições econômicas, poderá a parte requerer, conforme as circunstâncias, redução ou aumento da prestação.

Ainda que haja tal disposição legal, o tema é controverso, uma vez que há entendimento jurisprudencial e doutrinário no sentido de que esses alimentos são fixados com base na expectativa de renda que a vítima auferiria se estivesse viva ou plenamente capaz para as atividades laborais.

Acerca do tema, colhe-se o seguinte julgado:

RECURSOS ESPECIAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE FERROVIÁRIO.MORTE. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.PENSÃO POR MORTE DE FILHO COM 17 ANOS. 13º SALÁRIO. TAXA DE JUROS LEGAIS MORATÓRIOS APÓS O ADVENTO DO NOVO CÓDIGO CIVIL. TAXA SELIC.JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. 1. Ação de indenização por danos materiais e morais movida pela mãe de adolescente morto em acidente em estação de trem, em razão de falha na prestação de serviço da ré, acarretando a morte de seu filho, com apenas 17 anos (queda da composição ferroviária, em razão de uma porta que se encontrava indevidamente aberta). 2. Majoração do valor da indenização por dano moral na linha dos precedentes desta Corte, considerando as duas etapas que devem ser percorridas para esse arbitramento, para o montante correspondente a 400 salários mínimos. Método bifásico. 3. Concessão de pensão por morte em favor da mãe da vítima adolescente, fixada inicialmente em dois terços do salário mínimo, a partir da data do óbito até o dia em que completaria 65 anos de idade, reduzindo-se para um terço do salário mínimo a partir do momento em que faria 25 anos de idade. Aplicação da Súmula 491 do STF na linha da jurisprudência do STJ. 4. Fixação da taxa dos juros legais moratórios, a partir da entrada em vigor do artigo 406 do Código Civil de 2002, com base na taxa Selic, seguindo os precedentes da Corte Especial do STJ (REsp.1.102.552/CE e REsp 267.080/SC, em ambos o rel. Min. Teori Zavascki). 5. Exclusão da parcela relativa ao 13ª salário por não ter sido demonstrado que a vítima trabalhava na época do fato. 6. Sucumbência redimensionada, sendo reconhecido o decaimento mínimo da autora. 7. RECURSOS ESPECIAIS PROVIDOS. (STJ - REsp: 1279173 SP 2011/0162416-1, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 04/04/2013, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/04/2013, sem grifos no original)

Vale destacar que esse critério utilizado pela jurisprudência majoritária para o arbitramento da pensão alimentícia decorrente de ato ilícito estabelece valores fixos, sem considerar a capacidade socioeconômica das partes, bem como eventuais alterações que possam surgir nesta no decorrer dos anos.

Nesse sentido, não se levaria em consideração o binômio necessidade/possibilidade, o qual seria parâmetro de fixação exclusivo do alimentos oriundos das relações familiares.

Todavia, se mostra adequada a previsão do Código de Processo Civil em permitir a revisão dos alimentos fixados em decorrência do ato ilícito, uma vez que eventual diminuição da capacidade financeira do devedor poderá fazer com que ele não consiga adimplir a verba alimentar por esta apresentar valor desproporcional às suas condições financeiras, sujeitando-se aos meios executivos à disposição do credor.

Caso isso não fosse admissível, ocorreria que na hipótese de a vítima do ato ilícito receber pensão alimentícia em decorrência da diminuição da sua capacidade laboral e que posteriormente conseguisse se inserir plenamente em suas atividades laborais, o alimentante teria que continuar adimplindo a verba alimentar que lhe foi imposta, sem a possibilidade de se exonerar dela, o que não se mostra coerente com o caráter da prestação alimentícia.

### 3.5 Características da obrigação alimentar

Por ser uma obrigação civil que possui diversas peculiaridades em relação às demais obrigações, é possível elencar aspectos próprios da obrigação alimentar, de modo a diferenciá-la das demais.

Essas características próprias denotam a relevância dessa obrigação, que tem tutela diferenciada tanto no âmbito do direito material quanto processual, resguardando os direitos do alimentando.

#### 3.5.1 Pessoaalidade

Por esse atributo, considera-se que a obrigação alimentar se trata de direito da personalidade, do qual é titular o alimentando. Nesse sentido, trata-se de direito inerente ao ser humano, que visa a manutenção da sua vida e bem-estar. (CAHALI, p. 49-50, 2012)

O fato de a obrigação alimentar possuir caráter público, como exposto no tópico anterior, não colide com o direito personalíssimo aos alimentos, uma vez que este tem como significado a impossibilidade de o alimentando ou o alimentante transferir a titularidade desse direito a outrem, seja por fato jurídico ou negócio jurídico.

A natureza personalíssima dos alimentos se evidencia no momento em que estes são arbitrados, uma vez que são levados em consideração pelo magistrado as circunstâncias pessoais do credor e do devedor. (FARIAS; ROSENVALD, 2016, p. 704)

### 3.5.2 Irrenunciabilidade

No que concerne à renúncia aos alimentos, surgem duas correntes no direito brasileiro.

Uma delas defende que os alimentos são irrenunciáveis em qualquer hipótese, sendo lícito apenas que o credor não exerça o seu direito aos alimentos.

Nesse sentido, leciona RIZZARDO (2011, p. 650):

O direito a alimentos não é suscetível de renúncia ou cessão. Mesmo que às pessoas se reconheça a absoluta liberdade, e que sejam elas capazes, não é admitida a renúncia ao direito, ou qualquer outra forma de disposição. E nem poderia ser diferente, pois os alimentos têm importância vital, significando a própria garantia à vida.

Esse entendimento também encontra respaldo na legislação pátria, que prevê, como regra, a irrenunciabilidade do direito aos alimentos. Com efeito, dispõe o artigo 1.707, do Código Civil:” Pode o credor não exercer, porém lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora.”

No mesmo sentido, é o artigo 23, da Lei de Alimentos, que dispõe: “A prescrição quinquenal referida no art. 178, § 10, inciso I, do Código Civil só alcança as prestações mensais e não o direito a alimentos, que, embora irrenunciável, pode ser provisoriamente dispensado.”

A outra corrente, que possui amparo jurisprudencial, aduz que os alimentos são, em regra, renunciáveis, sendo vedada a renúncia somente para os incapazes.

Nesse sentido, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

Direito civil e processual civil. Família. Recurso especial. Separação judicial. Acordo homologado. Cláusula de renúncia a alimentos. Posterior ajuizamento de ação de alimentos por ex-cônjuge. Carência de ação. Ilegitimidade ativa. - A cláusula de renúncia a alimentos, constante em acordo de separação devidamente homologado, é válida e eficaz, não permitindo ao ex-cônjuge que renunciou, a pretensão de ser pensionado ou voltar a pleitear o encargo. - Deve ser reconhecida a carência da ação, por ilegitimidade ativa do ex-cônjuge para postular em juízo o que anteriormente renunciara expressamente. Recurso especial conhecido e provido. (STJ - REsp: 701902 SP 2004/0160908-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 15/09/2005, T3 - TERCEIRA TURMA)

O referido julgado se sustentou no fato de a cláusula de renúncia aos alimentos ter sido estipulada por ex-cônjuges, não alcançando o dever de assistência mútua decorrente de parentesco.

No mesmo sentido, é o Enunciado 263 das Jornadas de Direito Civil, o qual aduz que:

O art. 1.707 do Código Civil não impede seja reconhecida válida e eficaz a renúncia manifestada por ocasião do divórcio (direto ou indireto) ou da dissolução da "união estável". A irrenunciabilidade do direito a alimentos somente é admitida enquanto subsistir vínculo de Direito de Família.

Assim, observa-se que essa conclusão é extraída da premissa de que com a ruptura do vínculo conjugal, a relação familiar entre os cônjuges se extingue, mostrando-se coerente a inaplicabilidade do artigo 1.707, do Código Civil a essa situação.

Em relação aos incapazes, tem-se que eles não podem renunciar o direito aos alimentos, uma vez que esses não podem praticar atos de disposição de direito. No entanto, o incapaz pode dispensar os alimentos, ao não cobrar a pensão alimentícia que faz jus, o que não implica em renúncia, pois poderá futuramente exigir a referida prestação. (FARIAS; ROSENVALD, 2016, p. 706)

### 3.5.3 Atualidade

Por essa característica dos alimentos, entende-se que os alimentos devem ter o seu valor econômico atualizado de modo a evitar que a inflação o comprometa.

Para tanto, o entendimento jurisprudencial é de que o valor dos alimentos sejam fixados com base no salário-mínimo. É de se ressaltar que o Supremo Tribunal Federal entende que a proibição contida no artigo 7, inciso IV, da Constituição Federal, o qual estabelece a impossibilidade de indexação do salário-mínimo, não se aplica a prestações alimentícias, pois essa indexação possibilita que o valor pensionado mantenha a sua atualidade.

Inclusive, no que se refere aos alimentos indenizatórios, esse entendimento está respaldado pela súmula 490, do Supremo Tribunal Federal: “A pensão correspondente à indenização oriunda de responsabilidade civil deve ser calculada com base no salário mínimo vigente ao tempo da sentença e ajustar-se-á às variações ulteriores.”

E, na mesma linha, estabelece o Código de Processo Civil: “Art. 533, § 4º A prestação alimentícia poderá ser fixada tomando por base o salário-mínimo.”

### 3.5.4 Imprescritibilidade

Os alimentos são considerados imprescritíveis, ou seja, podem ser pleiteados a qualquer tempo por seus legitimados, sem que haja qualquer prejuízo.

Deve-se ressaltar, no entanto, que as prestações alimentares que forem fixadas judicial ou convencionalmente e que não sejam adimplidas, estão sujeitas ao prazo prescricional de 2 (dois) anos, conforme o artigo 206, § 2º, do Código Civil.

Segundo Venosa (2008, p. 357):

As prestações alimentícias prescrevem em dois anos pelo Código de 2002 (art. 206, § 2º). Esse prazo era de cinco anos no Código anterior (art. 178, § 10, I). O direito a alimentos, contudo, é imprescritível. A qualquer momento, na vida da pessoa, pode esta vir a necessitar de alimentos. A necessidade do momento rege o instituto e faz nascer o direito à ação (actio nata). Não se subordina, portanto, a um prazo de propositura. No entanto, uma vez fixado judicialmente o quantum, a partir de então inicia-se o lapso prescricional. A prescrição atinge paulatinamente cada prestação, à medida que cada uma delas vai atingindo o quinquênio, ou o biênio, a partir da vigência do Código de 2002.

Portanto, constata-se que o direito aos alimentos não está sujeito a prazo prescricional, todavia as prestações alimentares que podem ser exigidas são somente as que vieram a vencer, não se podendo pleitear alimentos pretéritos, conforme exposto anteriormente.

### 3.6.5 Intransmissibilidade

O Código Civil de 1916, por meio do seu artigo 402, mencionava expressamente que os alimentos eram intransmissíveis.

O CC/2002, em sentido contrário, enuncia que os alimentos são transmissíveis. Extrai-se do art. 1700, do Código Civil, que: “A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do art. 1.694.”

O tema, todavia, não está pacificado, uma vez que, conforme demonstrado anteriormente, os alimentos tem como característica a natureza personalíssima.

De acordo com FARIAS; ROSENVALD (2016, p. 710):

A opção do legislador pela transmissibilidade da obrigação alimentar pode nos deparar, inclusive, com situações desconfortáveis e muito estranhas juridicamente. Anuindo a isso, Yussef Said Cahali sugere uma interpretação comedida do referido art. 1.700 do Código, utilizando-se de prudência e razoabilidade para evitar absurdo como “o caso de um irmão do falecido que, passados muitos anos da abertura da sucessão, viesse a reclamar alimentos a serem fixados ‘na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada’ (art. 1.694, § 1º), dirigindo a sua pretensão contra os herdeiros legítimos e testamentários do devedor, aos quais se teria transmitido a

obrigação”. Também para evitar que a situação de um irmão que recebe, além da herança, alimentos, esvaziando o espólio em prejuízo dos demais irmãos que somente serão herdeiros.

Diante disso, é possível constatar que o tema é polêmico, uma vez que a interpretação literal do art. 1.700, do Código Civil pode, em situações concretas, ocasionar a falta de isonomia entre os herdeiros, o que contraria o princípio constitucional da igualdade.

### 3.5.6 Irrepetibilidade

A irrepetibilidade dos alimentos tem como significado a impossibilidade de o credor devolver quantias que lhe foram pagas a título de alimentos ao devedor.

Por isso, caso a decisão judicial que fixou alimentos seja substituída por outra, os alimentos adimplidos até então permanecem na esfera patrimonial do credor. Isso assegura o princípio da segurança jurídica, uma vez que os alimentos pagos foram utilizados na manutenção da vida do alimentando.

Essa irrepetibilidade dos alimentos, todavia, não é absoluta. De acordo com DINIZ (2011, p. 550):

Em caso de dolo, p. ex., de ex-cônjuge que oculta novo casamento, haverá devolução por configurar enriquecimento indevido e gerar responsabilidade por perdas e danos. E, também, na hipótese de erro no pagamento de alimentos, caberá, no dizer de Arnaldo Wald, sua restituição. Assim, quem fornecer alimentos na crença de que os devia, poderá exigir a devolução de seu valor ao terceiro, que era o verdadeiro devedor da prestação.

Por sua vez, CAHALI (2012, p. 109) leciona que:

Parece-nos, porém, que, mesmo recebidos por erro na forma assim pretendida, não caberia a restituição pelo alimentário, eis que faltou o pressuposto do enriquecimento sem causa; e quanto à pretendida sub-rogação do terceiro prestante em erro, no direito do alimentário contra o obrigado, a tese apresenta-se discutível.

Diante disso, tem-se que a regra, em se tratando de alimentos, é que estes são irrepetíveis, mas, caso evidenciado que o credor de alimentos enriqueceu ilicitamente às custas do devedor, o alimentando deverá devolver os valores pagos alimentante.

### 3.5.7 Incompensabilidade

Aos alimentos não são, como regra, aplicadas as regras da compensação do direito civil, que se encontram previstas nos artigos 368 a 380, do Código Civil de 2002.



Assim, caso o credor de alimentos venha a se tornar devedor do alimentante em decorrência de outra dívida, não é possível que os valores de crédito e débito sejam abatidos.

Em alguns casos, a jurisprudência tem admitido a relativização da incompensabilidade dos alimentos.

Nesse sentido, extrai-se o seguinte precedente:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA. DESCONTO MAIOR

QUE O INDEVIDO. PROVENTOS DO ALIMENTANTE. PRINCÍPIO DA INCOMPENSABILIDADE DE VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. EXCEÇÃO.

POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.

1. O desconto indevido realizado nos proventos do alimentante, por erro de terceiro, é passível de compensação nas prestações vincendas relativas à pensão alimentícia, evitando-se o enriquecimento sem causa da parte beneficiária em detrimento da obrigada, autorizando, assim, a mitigação do princípio da incompensabilidade da verba de natureza alimentar.

2. Trata-se de exceção ao princípio da não compensação da verba alimentar, porquanto o desconto atinge rendimento de igual natureza, do alimentante.

3. Recurso especial improvido.

(STJ - REsp: 1287950 RJ 2011/0247651-1, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 06/05/2014, T4 - QUARTA TURMA)

Assim, quando restar comprovado que houve pagamento a maior em prol do credor da obrigação alimentícia, é possível a compensação dos valores, desde que seja em decorrência da mesma dívida.

### 3. 5. 8 Impenhorabilidade

Por essa característica, entende-se que os alimentos não estão sujeitos à penhora. Isso porque a verba alimentar se destina à sobrevivência do ser humano, de modo que não seria lógico admitir que os credores do alimentando tivessem a possibilidade de retirar desta o essencial à sua integridade (FARIAS; ROSENVALD, 2016, p. 723)

A impenhorabilidade possui proteção legal no ordenamento jurídico brasileiro.

Nesse sentido, colhe-se do Código de Processo Civil:

Art. 833. São impenhoráveis:

[...]

IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º; (grifou-se)

Na mesma linha, estabelece o artigo 1.707, do Código Civil que:” Pode o credor não exercer, porém lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora.” (Sublinhou-se)

Apesar da impenhorabilidade dos alimentos ser a regra, esta é mitigada, de acordo com entendimento doutrinário e da própria legislação processual.

Uma dessas hipóteses é a que se refere aos alimentos naturais. De acordo com a lição de Orlando Gomes (2001, p. 432-433):

Pretende-se que a proteção legal não se estenda à totalidade do crédito, no pressuposto de que, prestados alimentos civis, há sempre uma parte que não corresponde ao *necessarium vitae*, mas a dissolução é inadmissível. Os alimentos são impenhoráveis no estado de crédito, a impenhorabilidade não acompanhando os bens em que forem convertidos. A penhora pode recair na soma de alimentos proveniente do recebimento de prestações atrasadas. Não há regras que disciplinem especificamente tais situações, mas o juiz deve orientar-se pelo princípio de que a impenhorabilidade é garantia instituída em função da finalidade do instituto

Assim, de acordo com o referido autor seria possível que uma parcela dos alimentos que não se destina à sobrevivência do alimentando fosse penhorada. No entanto, não há regulamentação sobre o tema, devendo o magistrado, ao analisar essa situação, se pautar na regra geral da impenhorabilidade dos créditos alimentares.

Por outro viés, também se mostra admissível que recaia a penhora sobre os alimentos para a satisfação de outra dívida da mesma natureza. Assim, a título exemplificativo, é possível que uma pensão previdenciária sofra penhora para satisfazer uma dívida de alimentos. (FARIAS; ROSENVALD, 2016, p. 723)

Tal entendimento tem amparo legal no Código de Processo Civil, que dispõe:

Art. 833. São impenhoráveis:

[...]

§ 2º O disposto nos incisos IV e X do caput não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no art. 528, § 8º, e no art. 529, § 3º.

Assim, a impenhorabilidade dos alimentos é a regra, excepcionando-se nas hipóteses em que se visa satisfazer outra dívida de mesma natureza.

Diante dessas considerações acerca das diversas espécies do instituto dos alimentos no ordenamento jurídico pátrio, é possível abordar, no próximo capítulo, a aplicabilidade da prisão civil no caso de inadimplemento dos alimentos indenizatórios.

#### **4. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE PRESTAR ALIMENTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015**

##### **4. 1. Meios executivos**

O cumprimento de sentença de prestação alimentícia é modalidade de execução por quantia certa contra devedor solvente, regulada nos artigos 528 a 533 e 911 a 913, do Código de Processo Civil.

Vale destacar que os artigos que tratavam da execução da obrigação de pagar alimentos na Lei n. 5.478/1968 (Lei de Alimentos) foram revogados por expressa previsão do artigo 1.072, inciso V, do Código de Processo Civil (TARTUCE, 2015, p. 409)

Em decorrência da especial relevância que os alimentos detém, na medida em que se constituem de verba destinada à preservação da vida e manutenção da integridade do ser humano, o ordenamento jurídico lhes confere tutela diferenciada, de modo a tornar o processo mais célere e efetivo.

No que concerne aos meios pelos quais o credor pode satisfazer a dívida oriunda de prestação alimentícia, tem-se que ele poderá optar pelo desconto em folha, a expropriação, o protesto do pronunciamento judicial e a prisão civil.

Cumprе consignar que não há ordem legal entre os meios executivos, devendo o credor escolher segundo dois critérios: a aptidão para conferir uma tutela efetiva a ele e, por outro lado, a menor onerosidade para o devedor. (DIDIER JR, 2017, p. 718).

Em relação aos alimentos indenizatórios, prevê o art. 533, do Código de Processo Civil, que o executado deverá, a requerimento do exequente, constituir capital representado por imóveis ou por direitos reais sobre imóveis suscetíveis de alienação, títulos da dívida pública ou aplicações financeiras em banco oficial, que poderá ser substituído por prestação em folha de pagamento ou caução real ou fidejussória.

Diante desses aspectos, passa-se à análise das peculiaridades de cada meio executivo destinado aos alimentos, de modo a compreender o seu procedimento e aplicabilidade no sistema processual brasileiro.

#### 4. 1.1 Desconto em folha

Por essa técnica executiva, o credor tem assegurada a satisfação do crédito decorrente da prestação alimentícia que faz jus mediante desconto na remuneração do devedor diretamente na sua folha de pagamento.

É possível utilizar esse meio executivo quando o devedor de alimentos for servidor público, militar, diretor, gerente de empresa ou for empregador sujeito à legislação trabalhista, de acordo com o que dispõe o art. 529, do CPC. Esse rol, todavia, não é taxativo, uma vez que um profissional liberal que receba sua remuneração de forma periódica e estável de uma fonte pagadora poderá ter descontos de prestação alimentícia em sua folha de pagamento. (MARINONI, 2015, p. 1027)

Todavia, ao devedor de alimentos que auferir renda de forma diversa ou estiver desempregado, é inaplicável tal técnica executiva, em decorrência de sua total ineficácia.

No que se refere ao procedimento dessa modalidade executiva, esta inicia, a requerimento do credor, com petição pleiteando o desconto da prestação alimentícia sobre a remuneração do devedor, sendo ônus do credor indicar a fonte pagadora do alimentante, ou, na hipótese de não ter essa informação, deve requerer ao juízo que diligencie no sentido de obter essas informações junto a órgãos públicos.

Na sequência, o devedor deverá ser intimado para o cumprimento voluntário da obrigação, a ser feito em 15 (quinze) dias, sob pena de o juízo emitir ofício à fonte pagadora do devedor, solicitando descontos na conta deste, ocasião em que constarão o valor que deve ser pago, bem como a periodicidade e o número da conta em que a prestação alimentícia deve ser depositada.

Como forma de defesa, o devedor de alimentos poderá apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, porém esta não suspenderá a decisão do juiz que determinou o desconto na folha de pagamento do devedor.

O desconto em folha de pagamento poderá ser relacionado tanto às prestações decorrentes de alimentos pretéritos quanto futuros. O desconto em relação a alimentos pretéritos poderá ser feito parceladamente, mas considerando-se estes acrescidos dos alimentos devidos naquele mês deve respeitar o limite de 50% (cinquenta por cento) da remuneração líquida do devedor, conforme determina o art. 529, § 3, CPC. (DIDIER JR., 2017, p. 730)

Salienta-se que os descontos de pensão alimentícia na folha de pagamento perduram até o fim do vínculo do devedor com a fonte pagadora, sendo que cessado o

vínculo, o credor poderá utilizar de outros mecanismos executivos para satisfazer o crédito alimentar que faz jus.

#### 4. 1. 2. Expropriação

À expropriação aplicam-se às disposições utilizadas para o cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia certa. Nesse técnica executiva, ocorre a penhora de bens ou dinheiro do devedor suficientes à satisfação da dívida alimentar e, posteriormente, a transferência de valores para a titularidade do credor, seja de forma direta ou indireta, pelo repasse do valor obtido na venda de bens do devedor (NEVES, 2015, p. 1318).

Em relação ao procedimento que deve ser seguido, tem-se que o exequente deve protocolizar petição inicial, postulando a satisfação do crédito alimentar por meio da expropriação. Nesse momento, poderá indicar bens do devedor à penhora.

Diante disso, o magistrado determina a citação do executado para a satisfação do débito pelo prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo o pagamento voluntário pelo devedor, o juiz deve acrescentar à condenação multa de 10% sobre o valor do débito e 10% de honorários advocatícios, bem como expedir mandado de avaliação e penhora sobre os bens do executado, conforme a exegese do artigo 523, do Código de Processo Civil.

Após esse prazo de 15 (quinze) dias, caso o devedor não pague voluntariamente, inicia novo prazo de 15 (quinze) dias em que o devedor poderá apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, a teor do que dispõe o artigo 525, do Código de Processo Civil.

Caso não acolhida integralmente a impugnação, seguem-se os atos de expropriação dos bens penhorados, que ocorrem por meio da alienação, adjudicação e usufruto de bem imóvel ou móvel.

Pela alienação, o bem pertencente ao devedor é colocado à venda com o propósito de transformá-lo em dinheiro, que será revertido em prol do credor para a satisfação de seu crédito. Há duas modalidades: por iniciativa particular ou pelo leilão judicial. Na primeira, a venda do bem se dá por meio de iniciativa do credor, e deve ocorrer com base em condições estipuladas pelo juiz. Já no leilão judicial, o Estado promove a venda do bem, existindo a oferta pública do bem penhorado, que deve constar em edital com as especificações desse. (THEODORO JÚNIOR, 2017, p. 560)

Por sua vez, na adjudicação, por meio de requerimento do exequente, o bem do executado é transferido para sua titularidade, de forma a adimplir a dívida que era devida.

Ressalta-se que o CPC estabelece uma ordem de preferência entre os bens a serem penhorados, tendo o dinheiro prioridade sobre os demais, conforme estabelece o art. 835, § 1º. Assim, este numerário poderá ser penhorado se for encontrado em espécie ou se estiver depositado em instituição financeira, por meio da penhora *on line*.

A referida ordem de preferência não é absoluta, podendo ser relativizada em determinadas hipóteses.

Nesse sentido, leciona DIDIER JR. (2017, p. 856-857):

Há ao menos quatro situações em que isso pode vir a acontecer, atualmente: I) o credor escolhe outro bem a ser penhorado – e essa escolha não se revela abusiva, nos termos do art. 805 do CPC; II) há negócio jurídico processual que defina previamente o bem a ser penhorado (típico, como nos casos do art. 835, § 3º, CPC – créditos com garantia real; ou atípico, com base no art. 190, do CPC; III) o executado oferece fiança bancária ou seguro garantia real, em valor 30% superior ao crédito (art. 835, § 2º, CPC) – a lei equipara o dinheiro a essas duas garantias para fim de penhora; IV) o credor exerceu direito de retenção sobre um bem, que deve ser penhorado nos termos do art. 793, CPC.

Assim, essas hipóteses, que são compatíveis com os princípios do resultado e da menor onerosidade do devedor, admitem que o magistrado, de forma fundamentada, admita a inversão da ordem legal de preferência sobre a penhora.

#### 4.1.3. Do protesto judicial

O protesto da decisão judicial é considerada medida de coerção indireta, sendo aplicável as disposições referentes ao cumprimento de sentença para pagamento de quantia.

Essa medida coercitiva se mostra eficaz na medida em que o devedor de alimentos é compelido a adimplir a prestação alimentar devida, uma vez que, registrado o protesto em seu nome, tem maiores dificuldades ao requerer crédito no mercado financeiro.

O protesto do pronunciamento judicial que condena o alimentante a pagar alimentos pode ser feito por iniciativa do exequente ou de ofício pelo magistrado.

Essa modalidade coercitiva se inicia por petição do credor, requerendo ao juízo que intime o devedor para, no prazo de 3 (três) dias, adimplir o débito, provar que o adimpliu ou justificar a impossibilidade de pagamento.

Não quitada a prestação alimentar no prazo estabelecido, o juiz deve fixar multa no valor de 10% (dez por cento) e oficiar ao cartório, postulando o protesto da decisão judicial que condenou o devedor ao pagamento de alimentos.

Na sequência, o credor continuará podendo se valer dos demais mecanismos coercitivos presentes no Código de Processo Civil, a fim de satisfazer a sua pretensão.

Adimplida a prestação alimentar, o juiz deve determinar ao cartório o cancelamento do protesto do pronunciamento judicial referente ao débito alimentar que o devedor era inadimplente, sob pena de configurar ato ilícito passível de reparação por danos morais em decorrência do protesto indevido.

#### 4.1.4. Da prisão civil

Considerado mecanismo de coerção pessoal, a prisão civil corresponde ao cerceamento da liberdade do devedor a fim de que este satisfaça o débito alimentar que deve.

A teor do que dispõe o artigo 528, *caput*, do CPC, o procedimento se inicia por petição do credor, requerendo ao juízo que intime o devedor para, no prazo de 3 (três) dias, adimplir o débito, provar que o adimpliu ou justificar a impossibilidade de pagamento.

Ressalta-se que caso o devedor efetue o pagamento dos alimentos devidos, o juiz deve extinguir a execução.

Ao contrário, se o devedor não adimplir a dívida, o juiz pode aceitar a eventual justificação oferecida por ele e determinar que sejam realizados atos de expropriação contra o patrimônio dele.

Na hipótese de o executado não pagar a dívida alimentar e nem justificar a impossibilidade de adimpli-la, deve ser determinada a sua prisão, pelo prazo de, no máximo, 3 (três) meses, conforme dispõe o artigo 528, §3º, do CPC.

Se a dívida alimentar for quitada ou a prisão se prolongar até o seu período máximo, impõe-se a soltura do devedor e o cumprimento de sentença deve prosseguir pelos demais meios coercitivos dispostos no CPC.

Do mesmo modo, é incabível decretação da prisão civil do devedor em razão da mesma dívida alimentar, todavia é possível que em razão do inadimplemento de alimentos em prestações posteriores seja decretada a prisão do devedor.

Contra a decisão que decreta a prisão do devedor de alimentos, é cabível agravo de instrumento, que possibilitará a suspensão da ordem de prisão desde que preenchidos os pressupostos da tutela provisória, quais sejam, probabilidade do direito e perigo de dano. Também é cabível o *habeas corpus*, desde que haja manifesta ilegalidade na ordem de prisão, comprovada por prova pré-constituída. (DIDIER JR., p. 726, 2016)

Essa técnica executiva se mostra eficaz nas hipóteses em que o devedor de alimentos tem possibilidade financeira de quitar o débito e não o faz por mera liberalidade sua, sendo coagido psicologicamente a pagar quando tem sua liberdade cerceada.

No entanto, o magistrado deve analisar com cautela a situação econômica do devedor, uma vez que este pode ser preso em decorrência do inadimplemento de prestações alimentares e não conseguir quitá-las, tendo a sua situação financeira agravada com a prisão civil que lhe foi imposta, por ser impedido de laborar enquanto tiver sua liberdade restringida.

#### 4. 1. 5. Da constituição de capital

Por meio desse mecanismo, é assegurado ao credor de alimentos indenizatórios a constituição de capital para o adimplemento da prestação alimentícia que faz jus. Essa garantia pode ser representada, nos termos do art. 533, do CPC/15, “por imóveis ou por direitos reais sobre imóveis suscetíveis de alienação, títulos da dívida pública ou aplicações financeiras em banco oficial, será inalienável e impenhorável enquanto durar a obrigação do executado, além de constituir-se em patrimônio de afetação.”

Cumprido esclarecer que esse mecanismo não tem como finalidade satisfazer o débito alimentar, mas garantir o seu adimplemento, de modo que o devedor possua patrimônio para saldar as prestações alimentares vincendas. (MARINONI, 2015, p. 1032)

Os bens cedidos em garantia permanecerão sob domínio do executado, o qual terá a propriedade deles, mas com restrições, como a impenhorabilidade e a inalienabilidade para os demais credores, constituindo-se em patrimônio de afetação (ROSENVALD, 2017, p. 733).

Assim, o credor dos alimentos indenizatórios poderá utilizar dos bens cedidos em garantia para satisfazer suas necessidades, gozando e usufruindo deles, o que representa a possibilidade de alugar ou morar em eventual imóvel cedido pelo devedor.

É necessário ressaltar que esse mecanismo de garantia de crédito alimentar poderá ser utilizado tanto na fase de conhecimento quanto no curso da execução.



Essa espécie de garantia tem como aspecto positivo o fato de possibilitar ao credor satisfazer a sua pretensão alimentar, sem que haja excessiva onerosidade ao devedor, tendo esse apenas algumas restrições à parcela do patrimônio que ofereceu em garantia.

No entanto, caso o devedor não possua bens suficientes para serem dados como garantia no cumprimento de sentença, o credor não tem assegurada a satisfação dos alimentos que faz jus e, frequentemente, fica sem outros mecanismos para forçar o devedor a adimplir o débito.

#### 4.2. A prisão civil no cumprimento de sentença fundada em alimentos indenizatórios no CPC/15

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, a constituição de capital, mecanismo de garantia do credor de alimentos indenizatórios, abordado no tópico anterior deste trabalho, foi inserido no capítulo do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de prestar alimentos, o que permite interpretação no sentido de se utilizar dos mecanismos coercitivos que asseguram a satisfação do débito alimentar, uma vez que não há a indicação de qual espécie de alimentos admite tais mecanismos, sendo aplicáveis às diversas espécies de alimentos abordadas anteriormente.

Ademais, antes mesmo do advento do CPC/15, já havia entendimento doutrinário e jurisprudencial no sentido de garantir isonomia no que se refere aos meios coercitivos à disposição dos credores dos alimentos indenizatórios, considerando-se a similitude destes com os alimentos de família, dos quais a jurisprudência pacificamente admite a utilização de todos os mecanismos coercitivos.

Nesse sentido, há uma corrente que admite a aplicabilidade da prisão civil à hipótese de alimentos indenizatórios, por se tratar de meio coercitivo presente no capítulo concernente ao cumprimento de sentença fundado em alimentos e, também, antes do CPC/15, por ampliar a efetividade da satisfação do débito alimentar quando o credor não adimplir voluntariamente essa prestação, bem como os demais meios se mostrarem inócuos.

Todavia, é necessário ressaltar que a prisão civil, por representar cerceamento à liberdade do credor, tem de ser utilizada com cautela e que, segundo alguns autores, a sua aplicação seria apenas para as hipóteses expressamente previstas, de forma a ser interpretada restritivamente, impossibilitando o seu uso para a hipótese dos alimentos indenizatórios, que também servem como indenização à vítima do ato ilícito.

Diante dessa problemática, serão abordados os principais argumentos utilizados pela doutrina e jurisprudência pátrias em relação à aplicabilidade da prisão civil para o devedor inadimplente de alimentos indenizatórios.

#### 4.2.1 Análise doutrinária

No que concerne à aplicabilidade da prisão civil para o devedor de alimentos indenizatórios, encontram-se posições doutrinárias favoráveis e contrárias, tanto no âmbito do CPC/73 quanto do CPC/15.

De forma contrária à prisão civil do devedor de alimentos indenizatórios, alguns juristas defendem que o artigo 528 do CPC/15 se refere apenas à prisão devedor de alimentos oriundos do direito de família. Desse modo, ao se admitir a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos indenizatórios se estaria fazendo interpretação extensiva do artigo 5, LXVII, da Constituição Federal, de modo a tornar possível a prisão por verba de caráter indenizatório. (AGOSTINI, 2017, p. 32-33)

Esse entendimento se demonstra alinhado ao Pacto de San José da Costa Rica e Constituição Federal, que, em suas disposições, estabelecem a vedação da prisão civil por dívidas.

Ainda, argumenta-se que a legislação pátria, ao dispor sobre a prisão civil do devedor de alimentos o fez apenas em relação àqueles oriundos do direito de família. Isso porque os princípios constitucionais relacionados à prestação alimentar positivados na Constituição Federal se referem apenas àqueles oriundos dos vínculos familiares.

Nesse sentido, CAHALI (2017, p. 1005/1006) explana que:

A prisão civil só pode ser admitida nos casos expressamente previstos em lei, principalmente em razão da excepcionalidade da medida enquanto meio restritivo da liberdade humana. Neste sentido, diz-se que é cabível a prisão civil somente nas relações de direito de família (arts. 1.566, III e 1.694, CC), inadmissível, portanto, a sua cominação em casos de descumprimento de obrigação alimentícia decorrente de ação de responsabilidade ex delicto

Desse modo, Cahali, ao considerar que a prisão civil é mecanismo excepcional no ordenamento jurídico pátrio, defende que ela seja aplicada apenas nos alimentos decorrentes do direito de família, não admitindo interpretação extensiva para a sua utilização nas demais espécies de alimentos.

Outro aspecto que deve ser analisado é que há, no CPC/15, artigo específico para o procedimento de execução relacionado aos alimentos indenizatórios. Nesse sentido, dispõe o CPC:

Art. 533. Quando a indenização por ato ilícito incluir prestação de alimentos, caberá ao executado, a requerimento do exequente, constituir capital cuja renda assegure o pagamento do valor mensal da pensão.

§ 1º O capital a que se refere o caput, representado por imóveis ou por direitos reais sobre imóveis suscetíveis de alienação, títulos da dívida pública ou aplicações financeiras em banco oficial, será inalienável e impenhorável enquanto durar a obrigação do executado, além de constituir-se em patrimônio de afetação.

§ 2º O juiz poderá substituir a constituição do capital pela inclusão do exequente em folha de pagamento de pessoa jurídica de notória capacidade econômica ou, a requerimento do executado, por fiança bancária ou garantia real, em valor a ser arbitrado de imediato pelo juiz.

§ 3º Se sobrevier modificação nas condições econômicas, poderá a parte requerer, conforme as circunstâncias, redução ou aumento da prestação.

§ 4º A prestação alimentícia poderá ser fixada tomando por base o salário-mínimo.

§ 5º Finda a obrigação de prestar alimentos, o juiz mandará liberar o capital, cessar o desconto em folha ou cancelar as garantias prestadas.

Da leitura do *caput* do mencionado artigo, extrai-se que o Código se refere aos alimentos oriundos de ato ilícito como integrantes de indenização, o que reforça o seu caráter de dívida civil, inadmitindo-se, a princípio, o cabimento da prisão nesse caso, já que o Pacto de San José da Costa Rica a veda expressamente, como explanado no primeiro capítulo desse trabalho.

Ademais, cabe destacar que, diante da multiplicidade de mecanismos para se satisfazer a prestação de alimentos decorrentes de ato ilícito, como a constituição de capital, em suas variadas modalidades, bem como a inserção do exequente em folha de pagamento de pessoa jurídica ou por fiança bancária ou garantia real, a prisão civil, medida que restringe totalmente a liberdade do indivíduo, se mostra muito drástica para o executado.

Por outro lado, argumenta-se que os alimentos indenizatórios estariam abrangidos no conceito amplo de alimentos presente no CPC e na Constituição Federal ao tratar da prisão civil do devedor de alimentos.

Isso porque, conforme exposto no capítulo destinado aos alimentos, os alimentos indenizatórios visam assegurar o sustento da vítima de um ato ilícito, bem como de seus familiares. Por sua vez, os alimentos de família serviriam para o sustento daqueles que não tem condições de prover sua própria subsistência, necessitando de amparo por parte de algum familiar.

Nesse sentido, a semelhança entre os institutos dos alimentos oriundos de ato ilícito e os alimentos advindos das relações de parentesco permitiriam que fossem adotados os mesmos mecanismos executivos, como a prisão civil.

Segundo AGOSTINI (p. 33, 2017):

O direito alimentar tem como finalidade suprir as necessidades, garantir a sobrevivência, garantir a vida digna do credor, independentemente da obrigação alimentar. A inadimplência do devedor alimentar desafia a fome e precisa ser executada com presteza, celeridade e eficácia. Afinal, como disse Jorge Franklin Alves Felipe, “a fome não pode aguardar”. A urgência de receber a prestação alimentar do filho que perdeu o pai por ato ilícito de terceiro é a mesma do filho que o devedor é o pai biológico. Não é razoável tratamento diferenciado ao credor de alimentos indenizatórios, tolhendo-lhe um meio executório (coerção pessoal), via de regra efetivo, pois “o temor da prisão civil por débito de alimentos traz ínsito poderoso poder de persuasão, que não é encontrado com a mesma eficácia” nas demais tutelas executivas/de cumprimento de sentença.

Assim, em que pese a prisão civil constituir medida de exceção, restringi-la ao alimentos oriundos de vínculos familiares não se mostra adequado à concepção de processo como meio de pacificação social. Desse modo, ao restringir o meio coercitivo do direito aos alimentos em razão de sua origem, representaria afirmar que os alimentos oriundos das relações de família teriam maior importância dos que oriundos do ato ilícito, quando, na verdade, ambas as espécies de alimentos tem como finalidade a garantia de subsistência do alimentando. (BUNN, p. 107, 2005)

Para ASSIS (p. 1299/1305, 2016):

Os elementos básicos previstos no art. 7, inciso IV, da CF/1988, cuja escala variará consoante a espécie de alimentos, destinados ao adimplemento das necessidades básicas do ser humano, relacionam-se a certa obrigação – a obrigação alimentar – na medida em que a lei (art. 1.694, caput, do CC), a convenção (art. 1.920 do CC) e o ato ilícito (art. 948, II, do CC) ostentam a virtualidade de impor a alguém o dever de prestar alimentos a outrem. Logo, alimentos são prestações para satisfazer as necessidades vitais de quem não pode provê-los por si. [... Na disciplina processual, não se infere óbice e quaisquer restrições a alguma classe de alimentos – naturais, civis, legítimos, voluntários, definitivos, provisórios ou provisionais – no emprego dos meios executórios.

Diante desse panorama, é possível constatar que, ao tratar da prisão civil do devedor de alimentos indenizatórios, há impactos tanto no direito à liberdade do devedor quanto no direito à prestação alimentar do credor, o que deve levar à análise cautelosa dessa questão, uma vez que a liberdade e o direito a alimentos se constituem em direitos fundamentais resguardados pela Constituição Federal.

AGOSTINI (2017, p. 40) defende que:

Embora possam estar em questão outros direitos fundamentais, três necessariamente apresentam-se em rota de colisão quando o credor de alimentos decorrentes de ato ilícito (art. 948, II, e 950 do CC) pede ao juiz que decrete a prisão civil do devedor, como medida de coerção para satisfação entre o direito fundamental do devedor à liberdade e do credor ao direito à tutela efetiva e o direito à vida, no sentido de assegurar um conjunto de prestações

indispensáveis à subsistência, como alimentos, educação, saúde, enfim, a um “mínimo existencial”. Ao efetuar tal sopesamento, o julgador deve considerar os elementos do caso concreto, pois não há uma ordem de valores preestabelecida. Na aplicação do princípio da proporcionalidade, deve examinar o juiz se a prisão civil é adequada ao fim pretendido pelo credor, ou seja, se a medida coercitiva fomento objetivo pretendido, que é o pagamento da verba alimentar. Também se a medida se faz necessária, exigindo o prévio esgotamento de providências menos gravosas, bem como se ela é proporcional.

Portanto, conclui-se que a mencionada autora defende a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos indenizatórios, desde que, no caso concreto, seja utilizado o critério da proporcionalidade como meio de sopesamento dos direitos fundamentais em conflito.

De forma favorável à prisão civil do devedor de alimentos indenizatórios, NEVES (2015, p. 349) aduz que:

Há divergências a respeito da espécie de direito de alimentos que pode ser executada pela via especial. Parcela da doutrina entende que a via especial é limitada aos alimentos legítimos, decorrentes em razão de parentesco, casamento ou união estável, excluindo-se da proteção especial os alimentos indenizatórios, decorrentes de ato ilícito. Não concordo com tal entendimento, porque a necessidade especial do credor de alimentos não se altera em razão da natureza desse direito, não havendo sentido criar um procedimento mais protetivo limitando sua aplicação a somente uma espécie de direito alimentar. Apoio incondicionalmente o tratamento homogêneo da execução de alimentos, independentemente de sua origem. Reconheço que essa interpretação ampliativa contraria o entendimento de parcela significativa da doutrina e de posição consolidada sobre o tema no Superior Tribunal de Justiça, que reiteradamente inadmite prisão civil em execução de alimentos fundada em ato ilícito (...) mas é a única que me parece possível diante da redação legal do dispositivo ora comentado.

Extraí-se do entendimento do mencionado autor que este opta por uma interpretação ampliativa do dispositivo legal que prevê a prisão civil do devedor de alimentos, argumentando que a necessidade do credor em ter efetivada a prestação alimentar que faz jus independe da espécie de alimentos.

À época do CPC/73, também é possível encontrar entendimentos doutrinários favoráveis ao cabimento da prisão civil no caso de devedor de alimentos decorrentes de ato ilícito, sendo estas lições aplicáveis ao CPC vigente.

Nesse sentido, MARINONI; ARENHARDT (2016, p. 31) afirmavam:

Diz-se com frequência que os alimentos indenizatórios não possuem verdadeira natureza alimentar, não se lhes aplicando, por conseguinte, o regime de técnicas processuais típico das prestações alimentícias. Com efeito, afirma-se que estes alimentos possuem mecanismo próprio de proteção judicial, consistente no primitivo artigo 602, do CPC (hoje substituído 533) de modo que dispensaria instrumentos coercitivos e substitutivos previstos para execução dos alimentos legítimos. Também não se justifica a consequência que se tenta tirar dessa distinção entre os alimentos. A tutela diferenciada dada

aos alimentos decorre da urgência em sua percepção. Em razão da natureza própria dessa verba, quem dela necessita o faz porque não tem condições de se manter por suas próprias forças. Sem esse montante, corre-se o risco de abandonar o credor ao relento, faltando-lhe o mínimo imprescindível à satisfação de uma vida digna. Ora, essa constatação não se reduz aos casos de alimentos devidos em razão do vínculo de parentesco ou de casamento. Ao contrário, essas características subsistem em todas as formas de alimentos, de modo que todas impõem resposta efetiva e tempestiva da jurisdição

Desse modo, observa-se que, em sede doutrinária, há entendimentos divergentes em relação à aplicabilidade da prisão civil no caso de descumprimento da prestação alimentar oriunda de ato ilícito, o que demonstra que tal tema ainda suscita debates no cenário jurídico brasileiro. Assim, se mostra pertinente analisar como a jurisprudência pátria tem enfrentado o tema.

#### 4.2.2 Análise Jurisprudencial

De forma semelhante ao que ocorre em sede doutrinária, também se encontra na jurisprudência pátria posicionamento favorável e contrário à aplicabilidade da prisão civil aos devedores de alimentos indenizatórios.

Em favor da mencionada medida restritiva, encontra-se recente julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, nos autos do Agravo de Instrumento n. 0323596-71.2016.8.21.7000, que apresenta a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS DECORRENTES DE ATO ILÍCITO. SISTEMÁTICA DA PRISÃO CIVIL. POSSIBILIDADE.

O CPC/2015 não faz diferença pela origem da obrigação alimentar, se derivados do direito de família (legítimos) ou decorrentes do ato ilícito (indenizativos), tratando de forma genérica o procedimento do *“cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos”* no Capítulo IV do Título II, Livro I da Parte Especial do código, porque os alimentos são valores que se destinam a fazer frente às necessidades cotidianas da vida, e o que é decisivo para sua fixação é a necessidade do alimentando. A CF/88, em seu artigo 5º, LXVII, também não faz diferenciação entre as fontes da obrigação alimentar, utilizando a expressão *“prestação alimentícia”*, que compreende ambas. De igual forma, não há qualquer vedação à prisão civil do devedor de alimentos indenizatórios no Pacto de San José da Costa Rica. A classificação jurídico-doutrinária dos alimentos não pode restringir direito fundamental. Além disso, o novo CPC, no art. 139, IV, prevê expressamente que ao juiz cabe a direção do processo, incumbindo-lhe *“determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento da ordem judicial”*, não excluindo a possibilidade de decretação da prisão civil por inadimplemento de obrigação alimentícia, independentemente da origem, desde que respeitado o rito e exigências dos arts. 528 a 533 do CPC/2015. Aplicação do princípio da proporcionalidade. Não é razoável tratamento diferenciado ao credor de alimentos indenizatórios, tolhendo-lhe um meio executório (coerção pessoal) que via de regra se mostra efetivo. Possibilidade de execução de alimentos

indenizatórios pela sistemática da coerção pessoal, na forma do art. 528, §§ 3º a 7º do NCPC. Doutrina a respeito.  
AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

No mencionado julgado, o Tribunal Gaúcho proveu o recurso interposto pelo autor, vítima de acidente de trânsito, a fim de determinar a possibilidade de utilização do cumprimento de sentença pela sistemática da coerção pessoal prevista nos artigos 528 a 533 do CPC na ação manejada em desfavor do réus, que são o motorista e o proprietário do veículo envolvido no sinistro.

Na fundamentação do acórdão, o Relator consignou que, com o advento do CPC/15, não há distinção entre as espécies de alimentos ao tratar do “cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos”, bem como no texto constitucional, sendo admissível a prisão civil em qualquer modalidade de alimentos, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

Ademais, em seu voto-vista, o Desembargador Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard defendeu a utilização da prisão civil para os casos de descumprimento do pagamento dos alimentos por ato ilícito, com base na utilização de medida atípicas, que encontra respaldo no artigo 139, IV, do CPC, que dispõe:

Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

(...)

IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;

Consignou o referido magistrado, em seu voto, que:

O código processual civil vigente traz no inciso IV do artigo 139 disposição no sentido de assegurar o cumprimento da ordem judicial inclusive nas ações que têm por objeto prestação pecuniária. Verifica-se que a nova legislação não se preocupa apenas com o direito formal, afastando-se do exacerbado formalismo, mas sim, com a efetividade da ordem emanada pelo julgador, a fim de encontrar uma solução justa e efetiva ao caso concreto.

Do trecho do voto acima mencionado, constata-se que o julgador defende que a prisão civil pode proporcionar maior efetividade ao adimplemento da prestação alimentar, sendo este um dos grandes objetivos do ordenamento jurídico a partir da promulgação do CPC/15.

Em relação ao mencionado Agravo de Instrumento foi interposto Recurso Especial pelos réus, ainda pendente de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

De forma contrária ao cabimento da prisão civil aos devedores inadimplentes de alimentos em razão de ato ilícito, encontra-se a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina no *Habeas Corpus* n. 4017432-28.2017.8.24.0000, julgado no dia 14 de setembro de 2017, cujo Relator foi o Desembargador João Batista Góes Ulysséa, que apresenta a seguinte ementa:

HABEAS CORPUS PREVENTIVO. MANDADO DE EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA, COM ADVERTÊNCIA DA POSSIBILIDADE DE PRISÃO CIVIL EM CASO DE NÃO PAGAMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE DÍVIDA ALIMENTAR ORIUNDO DE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. IMPOSSIBILIDADE DE PRISÃO CIVIL PELO DESCUMPRIMENTO DO DEVER ALIMENTAR EM RAZÃO DE ATO ILÍCITO. ART. 5º, INCISO LXVII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SEGREGAÇÃO CIVIL RESTRITA AO INADIMPLEMENTO DOS ALIMENTOS DECORRENTES DA RELAÇÃO DE PARENTESCO. NÃO APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DO ART. 528 E SS. DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. SALVO CONDUTO EXPEDIDO. ORDEM CONCEDIDA.

A prisão civil por dívida alimentar, prevista na Constituição Federal, está restrita ao inadimplemento do dever alimentício decorrente das relações de parentesco, não sendo extensiva ao encargo oriundo de ato ilícito, inclusive sendo incabível a aplicação do rito procedimental previsto no art. 528 e ss. do Código de Processo Civil ao cumprimento de sentença da condenação ao pagamento de pensão vitalícia advinda de sinistro automobilístico.

No julgado colacionado acima, a ordem foi concedida a fim de afastar a possibilidade de prisão civil ao executado, em razão de decisão em cumprimento de sentença, o qual determinava que o requerido adimplisse os alimentos em prol do autor sob pena de prisão.

O Tribunal Catarinense, ao julgar o mencionado remédio constitucional, entendeu que não seria aplicável o rito previsto nos artigos 528 e seguintes do CPC/15 ao caso em exame, em razão de esse rito prever a prisão civil, a qual é só aplicável no descumprimento da prestação alimentar oriunda do Direito de Família, não se admitindo, por conseguinte, interpretação extensiva a outras modalidade de alimentos.

O mencionado entendimento também encontra respaldo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, à época do CPC/73, conforme se pode depreender do *Habeas Corpus* n. 182.228/SP, de relatoria do Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 1 de março de 2011, que apresenta a seguinte ementa:

HABEAS CORPUS. ALIMENTOS DEVIDOS EM RAZÃO DE ATO ILÍCITO.PRISÃO CIVIL.ILEGALIDADE.

1. Segundo a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é ilegal a prisão civil decretada por descumprimento de obrigação alimentar em caso de pensão devida em razão de ato ilícito
- 2.Ordem concedida.



Portanto, nota-se que, de forma majoritária, as decisões judiciais, no tocante aos alimentos indenizatórios, tendem a impedir a utilização do mesmo rito utilizado para os alimentos de família, a fim de impedir qualquer restrição à liberdade do devedor, ainda que a Constituição Federal e o Código Civil não se refiram especificamente a uma modalidade de alimentos ao tratar da prisão civil.

Pertinente destacar o parecer a respeito do CPC/15, aprovado pelo Senado, no que tange às medidas executivas disponíveis no cumprimento de sentença de alimentos. Nesse sentido, restou consignado às páginas 145/146 do mencionado documento jurídico que:

A definição de “alimentos legítimos”, embora vinculada por muitos civilistas aos alimentos de Direito de Família, não encontra previsão legal, o que pode gerar dúvidas quanto ao alcance do dispositivo, razão por que não convém o seu emprego no dispositivo em epígrafe. Dessa forma, assim como o atual art. 733 do Código de Processo Civil não individualiza a espécie de alimentos autorizadores da prisão civil no caso de inadimplência, o novo Código também não o fará, o que desaguará na conclusão de manutenção da orientação jurisprudencial pacificada até o presente momento, firmada no sentido de que o não pagamento de alimentos oriundos de Direito de Família credenciam a medida drástica da prisão. Aliás, essa é a dicção do inciso LXVII do art. 5º da Carta Magna e do Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos), as quais somente admitem a prisão civil por dívida, se esta provier de obrigação alimentar. De mais a mais, os alimentos de Direito de Família são estimados de acordo com a possibilidade do alimentante e a necessidade do alimentado, de modo que, em princípio, o devedor tem condições de arcar com esses valores. Se não paga os alimentos, é porque está de má-fé, ao menos de modo presumido, o que torna razoável a coação extrema da prisão civil em prol da sobrevivência do alimentado. Já os alimentos indenizativos (aqueles que provêm de um dano material) são arbitrados de acordo com o efetivo prejuízo causado, independentemente da possibilidade do devedor. Dessa forma, a inadimplência do devedor não necessariamente decorre de má-fé. A prisão civil, nesse caso, seria desproporcional e poderia encarcerar indivíduos por sua pobreza. O mesmo raciocínio se aplica para verbas alimentares, como dívidas trabalhistas, honorários advocatícios etc. Enfim, a obrigação alimentar que credencia à prisão civil não é qualquer uma, mas apenas aquela que provém de normas de Direito de Família. Nesse sentido, convém manter a redação do art. 545, caput, do SCD alinhada à Constituição Federal e ao Pacto de San José da Costa Rica, de maneira a subsistir a previsão de que somente os alimentos provenientes de Direito de Família dão ensejo à medida drástica da reclusão civil.

Da argumentação lançada no parecer, tem-se que há uma preocupação central em evitar que o devedor inadimplente de alimentos decorrentes de ato ilícito, que é fixado conforme parâmetros jurisprudenciais já mencionados neste trabalho, tenha a sua liberdade cerceada apenas por carecer de recursos para quitar o débito alimentar.

Diante do mencionado parecer, observa-se que o legislador, certamente pautado nas considerações acima transcritas, optou por manter a aplicabilidade do rito que prevê

o cabimento da prisão civil apenas para a hipótese de alimentos advindos das relações familiares, já que esse era o entendimento jurisprudencial pacífico à época da confecção do parecer.

Da análise dos julgados acima referidos, bem como do parecer elaborado pelo Senado Federal, constata-se que prevalece na jurisprudência pátria o entendimento de que a prisão civil deve ser interpretada restritivamente aos devedores de alimentos oriundos do Direito de Família, por se tratar de medida excepcional, inaplicável a outras modalidades de alimentos.

## 5. CONCLUSÃO

No presente trabalho buscou-se levantar o histórico da coerção pessoal até a prisão civil existente na contemporaneidade, analisando de que forma a jurisprudência e a doutrina a definem.

Também se mostrou que existem uma infinidade de modalidades de alimentos no ordenamento jurídico pátrio, cada um com sua especificidade e fins distintos, todos tutelando a dignidade do ser humano.

Ainda, foram feitas considerações acerca do cumprimento de sentença fundando em alimentos, e, mais especificamente, se tratou da aplicabilidade da prisão civil ao devedor de alimentos indenizatórios, identificando argumentos favoráveis e contrários à sua imposição.

Diante dos argumentos expostos ao longo desse trabalho, tem-se que a prisão civil na contemporaneidade tem sido vista como medida excepcional no processo de cumprimento de sentença fundado em prestação alimentar, uma vez que deve prevalecer a responsabilidade patrimonial em detrimento da responsabilidade pessoal em se tratando de dívidas de natureza civil.

Há, ainda, uma série de outras medidas coercitivas que podem ser escolhidas pelo credor de alimentos no curso de um processo de cumprimento de sentença, as quais podem ser eficazes para satisfazer o débito alimentar, como o desconto em folha, a expropriação de bens e constituição de capital, e ainda se mostrariam menos onerosas ao devedor, uma vez que este não teria a sua liberdade de locomoção restringida.

É certo que essa medida restritiva, por vezes, mostra-se como o único meio eficaz à disposição do credor de alimentos para ter a prestação alimentar que faz jus adimplida, por representar a prisão civil grande temor ao devedor de alimentos.

Deve-se considerar que no Código de Processo Civil, no Código Civil e na Constituição Federal, ao se tratar da prisão civil, o legislador não mencionou de forma expressa a modalidade de alimentos que permitiria o cabimento da prisão quando inadimplida.

Todavia, diante do fato de que os alimentos indenizatórios integram o valor da indenização que o credor faz jus quando é vítima de ato ilícito, não parece prosperar a tese de que seria possível a prisão civil do devedor dessa modalidade de alimentos.

Isso porque, em se tratando de dívida civil, o Pacto de San José da Costa Rica proíbe expressamente o cabimento da prisão, exceto quando se refere a alimentos, que devem ser interpretados de forma restritiva como aqueles oriundos do Direito de Família, considerando que a Lei de Alimentos expressamente trata da prisão civil, enquanto não há uma lei tratando da prisão civil ao devedor de alimentos indenizatórios.

Nesse sentido, a coerção pessoal como medida utilizada no processo de execução tem, historicamente, se restringido cada vez mais, tendo sido, recentemente, limitada ainda mais com o ingresso das disposições do Pacto de San José da Costa Rica no ordenamento jurídico brasileiro, que fizeram com que fosse abolida a prisão civil do depositário infiel.

Registre-se também o fato de que a liberdade se constitui em direito fundamental do indivíduo não se podendo alargar as hipóteses de cabimento da prisão civil para toda e qualquer modalidade de alimentos, sob pena de cerceamento de direitos fundamentais dos cidadãos.

É de se destacar que o Senado Federal, ao aprovar o CPC/15, teve como parâmetro o parecer confeccionado no âmbito da mencionada Casa Legislativa, o qual considerou que deveria ser mantida a prisão civil apenas para o caso de devedores inadimplentes de alimentos oriundos do Direito de Família, seguindo-se, assim, o entendimento jurisprudencial à época.

Cumprir mencionar que no artigo 533, do CPC/15, há previsão específica quanto ao cumprimento de sentença fundado em alimentos indenizatórios, o qual prevê a constituição de capital que assegure a renda para o pagamento dos alimentos.

Essa medida evidencia que já há rito específico para o cumprimento de sentença no caso de alimentos decorrentes de ato ilícito, ainda que esse rito e aquele previsto para os alimentos vinculados a relações familiares estejam inseridos no mesmo capítulo do CPC.

Ademais, se mostra inaplicável à imposição da prisão civil o artigo 139, inciso IV, do CPC, que prevê a utilização de medidas atípicas no curso do processo de execução, uma vez que essa medida restritiva impediria a liberdade do devedor, contrariando o princípio da menor onerosidade, uma vez que, como acima mencionado, existem outros mecanismos disponíveis para se assegurar a satisfação do crédito alimentar.

É pertinente registrar que a aplicabilidade da prisão civil ao devedor de alimentos oriundos de ato ilícito ensejaria as mesmas desvantagens que ocorrem no caso da aplicação dessa medida restritiva aos devedores de alimentos de Direito de Família.

Nesse viés, a prisão civil impediria que o devedor trabalhasse enquanto durasse a prisão, o que certamente lhe prejudicaria no adimplemento da prestação alimentar. Ademais, caso não encontrasse nenhum meio de adimplir a prestação, bastaria aguardar o prazo máximo da prisão civil, que demoraria dois meses, e, desse modo, o devedor não poderia ser preso novamente pelo mesmo débito.

Também há de se considerar que o Brasil conta com uma das maiores populações carcerárias do mundo, o que seria ainda mais agravado caso se admitisse a prisão civil a outras modalidades de alimentos.

Vale destacar que, apesar de o CPC prever expressamente a separação entre presos civis dos de natureza penal, isso não é cumprido em todos os locais, diante da superlotação das cadeias no País, sendo que se tornaria ainda mais difícil de cumprir diante do provável aumento do número de presos civis, violando direitos fundamentais destes.

Ainda que se argumente que ao se possibilitar a aplicabilidade da prisão civil ao devedor de alimentos decorrentes de relações familiares em detrimento da impossibilidade de utilização dessa medida coercitiva aos devedores de alimentos oriundos de ato ilícito estaria se desprotegendo o credor desta modalidade de prestação alimentar, é preciso esclarecer que esta medida não está prevista de forma taxativa no ordenamento jurídico brasileiro.

Sendo assim, a única forma de se prever a imposição da prisão civil ao devedor de alimentos indenizatórios no ordenamento jurídico brasileiro é através de inserção de disposição dessa medida executiva na legislação processual.

Portanto, diante dessas considerações, conclui-se que é inviável a aplicabilidade da prisão civil do devedor de alimentos indenizatórios, por se tratar de medida que viola direitos fundamentais do devedor, além de contrariar o princípio da menor onerosidade no processo de execução e não estar prevista de forma específica na legislação pátria.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Margot Cristina. Prisão civil de devedor de alimentos indenizatórios e o princípio da proporcionalidade. *Revista IOB de Direito de Família*, São Paulo, v.18, n.101, Ed. Esp., p.9-44, abr./maio 2017.

ASSIS, Araken de. Da execução de alimentos e prisão do devedor. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 254 p.

\_\_\_\_\_. Manual da execução. 19. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. 2047 p.

ANDRADE NETO, Carlos Gonçalves de. Alimentos por ato ilícito e a possibilidade de prisão civil do devedor por seu inadimplemento. *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*, Belo Horizonte, v.10, n.8, p. 19-27, fev./mar.2009.

AZEVEDO, A. V. *Prisão civil por Dívida*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Direito de Família*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976

BOECKEL, Fabrício Dani de. Tutela Jurisdicional do Direito a Alimentos. 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. v. 1. 159 p.

BOLZAN, Juliano Cardoso. Prisão civil do devedor de alimentos: efeitos à luz da sociologia política. Curitiba: Juruá, 2015. 195 p.

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC – Lei n. 13.105, de 16-3-2015. São Paulo: Saraiva, 2015.

BUNN, Maximiliano Losso. Da possibilidade da prisão civil do devedor de alimentos originados de ato ilícito. *Jurisprudência Catarinense Florianópolis*, Tribunal de Justiça do Estado de SC v.107, abr. 2005, p. 89-120

BRASIL. Lei No 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm)

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Código Civil. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm)

\_\_\_\_\_. Parecer no Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 166, de 2010. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=157884&tp=1>. Acesso em 16 ago 2018

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 77.527 MG. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%2877527+MG%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/yc2h7cg9>

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus 182228 SP 2010/0150188-2. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18490158/habeas-corpus-hc-182228-sp-2010-0150188-2/inteiro-teor-18490159?ref=juris-tabs>

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Habeas Corpus n. 20090020138971. Disponível em: [https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7389343/hbc-hc-138\\_971720098070000-df-0013897-1720098070000](https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7389343/hbc-hc-138_971720098070000-df-0013897-1720098070000)

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo de Instrumento n. 0323596-71.2016.8.21.7000. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc>

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Agravo de Instrumento n. 2004.0292 90-4. Disponível em: [http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=pris%E3o%20civil%20alimentos%20ato%20il%E9dito&only\\_ementa=&frase=&id=AAAbmQAA BAAAJ84AAE&categoria=acordao](http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=pris%E3o%20civil%20alimentos%20ato%20il%E9dito&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAA BAAAJ84AAE&categoria=acordao)

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Habeas Corpus n. 4009038-32.2017.8.24.0000. Disponível em: [http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only\\_ementa=&frase=&id=AABAg7AAEAAArIQAAA&categoria=acordao\\_5](http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AAEAAArIQAAA&categoria=acordao_5)

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Habeas Corpus n. 2016.009809-7. Disponível em: [http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do=&only\\_ementa=&frase=&id=AAAbmQAACAANqhgaAR&categoria=acordao](http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do=&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAACAANqhgaAR&categoria=acordao)

BUZZI, Marco Aurélio Gastaldi. Alimentos transitórios: uma obrigação por tempo certo. 1.ed., Curitiba: Juruá, 2004.

BROCCO, Carolina Romano. A causa jurídica dos alimentos e sua execução mediante coerção pessoal (art. 733 do CPC). Revista de Processo, v. 36, n. 196, p. 277-294.

CAHALI, Yussef Said. Dos Alimentos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017

CARVALHO, L. F. L. (Coord.). A nova execução de títulos extrajudiciais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DIAS, Maria Berenice. Alimentos aos Bocados. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de direito processual civil: execução. 7. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016. v. 5

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral do Direito Civil. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil. 8. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016. v. 6

FIUZA, Cesar. Direito civil: curso completo: volume único. 2. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

GARCIA, Ariovaldo Stropa et al. A história da prisão civil por dívida. Unopar científica: ciências jurídicas e empresariais, Londrina, v.2, n. 1, p. 49-62, mar. 2001. Disponível em:<[https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/18406/A\\_hist%C3%B3ria\\_da\\_pris%C3%A3o\\_civil\\_por\\_d%C3%ADvida.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/18406/A_hist%C3%B3ria_da_pris%C3%A3o_civil_por_d%C3%ADvida.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2018.

GARCIA JÚNIOR, Cláudio Marino Stein. Os alimentos indenizatórios e a possibilidade de prisão civil. Revista Dialética de Direito Processual - RDDP, São Paulo, n.126, p. 15-26, set./2013.

GOMES, Orlando. Direito de Família. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 6

LIMA, Marcellus Polastri; DIAS, Luciano Souto. Prisão civil por débito alimentar no contexto da reforma processual civil. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v. 11, n. 64, p. 28-54, jan./fev. 2015.

OLIVEIRA, Leonardo Alves de. As formas coercitivas para compelir o devedor de alimentos a adimplir com sua obrigação: avanços perpetrados pela jurisprudência e abarcados pelo novo Código de processo civil (Lei nº 13.105/2015). Revista Síntese. Direito de Família, São Paulo, v. 17, n. 95, p. 74-88, abr./maio. 2016.

MADALENO, Rolf. Novas perspectivas no direito de família. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo curso de processo civil. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. 3 v.

MENEZES, Paulo de Tarso Duarte. Execução de alimentos - expropriação pro meio coercitivo da prisão civil - questões atuais. Revista Síntese Direito de Família, v. 12, n. 62, p. 132-140.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de direito privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012-2013. 60 v.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo CPC: inovações, alterações, supressões, comentadas*. São Paulo, Ed. Método, 2015, p. 349.

NOGUEIRA, Luiz Fernando Valladão. A execução de alimentos no novo Código de processo civil. Revista Síntese. Direito de Família, São Paulo, v. 17, n. 96, p. 9-25, jun./jul. 2016.

PEREIRA, Sérgio Gischkow. Ação de alimentos. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

PINHEIRO, Kerinne Maria Freitas. Um estudo sobre a eficácia da prisão civil por débito alimentar. Ciência Jurídica. Belo Horizonte, v. 29, n. 186, p. 331-351, nov./dez. 2015.



PORTUGAL. DL n.º 48/95, de 15 de Março. Código Penal Português. Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?ficha=201&artigo\\_id=&nid=109&pagina=3&tabela=leis&nversao=&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=201&artigo_id=&nid=109&pagina=3&tabela=leis&nversao=&so_miolo). Acesso em 16 de agosto 2018

RIZZARDO, Arnaldo. Direito de Família. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil – Direito de Família. São Paulo. Saraiva, 2011.

SANTOS, Eduardo Sens dos. Efetividade do Processo Civil Coletivo: a prisão civil no contempt of court como mecanismo de efetivação de decisões judiciais. Curitiba: Ed. Juruá. 2012

SILVA, Roberta Pappen da. Algumas considerações sobre a exceção de pré-executividade no processo civil brasileiro. Jus Navigandi, 21 de janeiro de 2005. Disponível em: Acesso em: 16 de novembro de 2017.

SPENCER, Louise Garcia. A possibilidade de prisão civil na execução de alimentos indenizatórios. 2015.

TARTUCE, Flávio. Direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 6 v.

\_\_\_\_\_. O novo CPC e o Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo de execução e cumprimento da sentença. 29. ed. São Paulo: Forense, 2017

VELOSO, Thamara Almeida. Da prisão civil do devedor de alimentos: alterações e consequências de acordo com o novo Código de Processo Civil. Revista IOB de Direito de Família, São Paulo, v.18, n.101, Ed. Esp., p. 453-458, abr./maio 2017.